

05

ano 2 | junho 2011

Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais

@metropolis



revista eletrônica *e-metropolis*

ISSN 2177-2312

Publicação trimestral dos alunos de pós-graduação de programas vinculados ao Observatório das Metrôpoles.

A revista eletrônica *e-metropolis* é uma publicação trimestral que tem como objetivo principal suscitar o debate e incentivar a divulgação de trabalhos, ensaios, resenhas, resultados parciais de pesquisas e propostas teórico-metodológicas relacionados à dinâmica da vida urbana contemporânea e áreas afins.

É direcionada a alunos de pós-graduação de forma a priorizar trabalhos que garantam o caráter multidisciplinar e que proporcionem um meio democrático e ágil de acesso ao conhecimento, estimulando a discussão sobre os múltiplos aspectos na vida nas grandes cidades.

A *e-metropolis* é editada por alunos de pós-graduação de programas vinculados ao Observatório das Metrôpoles e conta com a colaboração de pesquisadores, estudiosos e interessados de diversas áreas que contribuam com a discussão sobre o espaço urbano de forma cada vez mais vasta e inclusiva.

A revista é apresentada através de uma página na internet e também disponibilizada em formato "pdf", visando facilitar a impressão e leitura. Uma outra possibilidade é folhear a revista.

As edições são estruturadas através de uma composição que abrange um tema principal - tratado por um especialista convidado a abordar um tema específico da atualidade -, artigos que podem ser de cunho científico ou opinativo e que serão selecionados pelo nosso comitê editorial, entrevistas com profissionais que tratem da governança urbana, bem como resenhas de publicações que abordem os diversos aspectos do estudo das metrôpoles e que possam representar material de interesse ao nosso público leitor.

A partir da segunda edição da revista incluímos a seção ensaio fotográfico, uma tentativa de captar através de imagens a dinâmica da vida urbana. Nessa mesma direção, a seção especial - incorporada na quarta edição - é uma proposta de diálogo com o que acontece nas grandes cidades feita de forma mais livre e de maneira a explorar o cotidiano nas metrôpoles.

Os editores da revista *e-metropolis* acreditam que a produção acadêmica deve circular de forma mais ampla possível e estar ao alcance do maior número de pessoas, transcendendo os muros da universidade.

Observatório das Metrôpoles
Prédio da Reitoria, sala 522
Cidade Universitária - Ilha do Fundão
21941-590 Rio de Janeiro RJ

Tel: (21) 2598-1932
Fax: (21) 2598-1950

E-mail:
emetropolis@
observatoriodasmetrosoles.net

Website:
www.emetropolis.net

editor-chefe

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

editores

Arthur Molina
Carolina Zuccarelli
Eliana Kuster
Juciano Martins Rodrigues
Marianna Olinger
Paula Silva Gambim
Renata Brauner Ferreira
Rodrigo de Moraes Rosa

conselho editorial

Profª Drª. Ana Lúcia Rodrigues (DCS/UEM)
Prof Dr. Aristides Moysés (MDPT/PUC-Goiás)
Prof Dr. Carlos de Mattos (IEU/PUC-Chile)
Prof Dr. Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ)
Profª Drª. Claudia Ribeiro Pfeiffer (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Emilio Pradilla Cobos (UAM do México)
Profª Drª. Fania Fridman (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Frederico Araujo (IPPUR/UFRJ)
Profª Drª. Héléne Rivière d'Arc (IHEAL)
Prof Dr. Henri Acserald (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Hermes MagalhãesTavares (IPPUR/UFRJ)
Profª Drª. Inaiá Maria Moreira Carvalho (UFB)
Prof Dr. João Seixas (ICS)
Prof Dr. Jorge Natal (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Jose Luis Coraggio (UNGS/Argentina)
Profª Drª. Lúcia Maria Machado Bógus (FAU/USP)
Profª Drª. Luciana Corrêa do Lago (IPPUR/UFRJ)
Profª Drª. Luciana Teixeira Andrade (PUC-Minas)
Prof Dr. Luciano Fedozzi (IFCH/UFRGS)
Prof Dr. Luiz Antonio Machado (IUPERJ)
Prof Dr. Manuel Villaverde Cabral (ICS)
Prof Dr. Marcelo Baumann Burgos (PUC-Rio/CEDES)
Profª Drª. Márcia Leite (PPCIS/UERJ)
Profª Drª. Maria Julieta Nunes (IPPUR/UFRJ)
Profª Drª. Maria Ligia de Oliveira Barbosa (IFCS/UFRJ)
Prof Dr. Mauro Kleiman (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Robert Pechman (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Robert H. Wilson (University of Texas)
Profª Drª. Rosa Moura (IPARDES)
Ms. Rosetta Mammarella (NERU/FEE)
Prof Dr. Sergio de Azevedo (LESCE/UENF)
Profª Drª. Simaia do Socorro Sales das Mercês (NAEA/UFPA)
Profª Drª Sol Garson (PPED/IE/UFRJ)
Profª Drª. Suzana Pasternak (FAU/USP)

Editorial

nº 05 ▪ ano 2 | junho de 2011

É com satisfação que trazemos para nossos leitores a 5ª edição da revista *e-metropolis!* Neste número, uma novidade: a capa da revista foi selecionada através de um concurso que buscava uma imagem que mais representasse o tema da autogestão da moradia, o assunto tratado no artigo principal.

Vivemos hoje no Brasil a retomada do financiamento público federal para o setor imobiliário como resposta às pressões das grandes empresas da construção civil para a ampliação da demanda solvável no mercado habitacional. A proposta feita pela professora do IPPUR/UFRJ, Luciana Lago, ao abordar a autogestão da moradia é justamente a de entender como a disputa por localização entre agentes com interesses e ideais de cidade tão conflitantes pode alterar a dinâmica econômica local e a organização social do território.

Seguindo a linha de investigações sobre os padrões de organização social do território, o artigo de Luciana Andrade e Marco Marinho discute as relações entre a incidência de homicídios, o processo de metropolização e a vitimização juvenil. A despeito da inexistência de uma relação causal entre crime e pobreza, os autores afirmam que a criminalidade não é um fenômeno que se dá ao acaso; ao contrário, segue uma lógica que pode ser apreendida pela sua distribuição no espaço.

O segundo artigo deste número propõe uma forma diversa de traçar um fio condutor através dos múltiplos

aspectos do espaço urbano: através de seus signos sonoros. A proposta é feita pelo sociólogo Thiago Matioli que busca apreender, através dos sons da cidade, uma maneira alternativa de constituir uma cognição urbana e interagir com o espaço das cidades.

Uma apreensão multidisciplinar da análise dos fenômenos sociais é apresentada por Priscilla Xavier no artigo que analisa o filme de Fatih Akin “Do outro lado”, extraído dessa produção questões que adensam o debate sobre o estrangeiro e a imigração urbana na modernidade. A autora defende que a produção cultural deva ser abordada, não apenas como mero instrumento de dominação, mas também como fonte de recursos para crítica, consciência, resistência e mudança.

Na entrevista desta edição, a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik fala de sua experiência como relatora especial da Organização das Nações Unidas para o direito humano à moradia adequada, destacando que as remoções forçadas são a principal forma de violação do direito à moradia. Rolnik também nos fala sobre a definição do conceito de moradia adequada na ONU e se este é um conceito sujeito à revisão pelo órgão.

Uma multidão se aglomera ao redor de uma estátua prateada no centro do Rio de Janeiro. Esse é o mote encontrado por Robert Pechman para falar do choque de ordem, programa do municí-

pio do Rio de Janeiro para combater aquilo que é classificado comumente como desordem urbana. Não que se negue a necessidade da normatização do funcionamento da cidade. A existência de normas é o que, em última análise, torna possível a existência da própria sociabilidade. O problema, na acepção de Pechman, é uma cidade onde a fantasia já não possa ter lugar e a ordem se imponha como única alternativa de construção do convívio. O vídeo de Christian Caselli nos mostra o desenrolar do fato ocorrido com a estátua prateada.

A sessão mega-eventos deste número teve a colaboração da historiadora Márcia de Castro Borges, que traz, no ensaio fotográfico, imagens que buscam contribuir com uma reflexão a respeito dos desafios enfrentados pelos habitantes das cidades-sede dos mega-eventos no Brasil, em especial no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, cenários do ensaio.

Nos despedimos dos nossos leitores, desejando uma excelente e proveitosa leitura, e esperando revê-los novamente na próxima edição da *e-metropolis!* ■



Índice

nº 05 ▪ ano 2 | junho de 2011

Capa

- 06** Autogestão da moradia na superação da periferia urbana: conflitos e avanços
Self-help housing projects in overcoming urban periphery: progresses and conflicts
Por Luciana Corrêa do Lago



Artigos

- 13** Explorando as relações entre metrópole, juventude e homicídios
Exploring relationship between metropolis, youth and homicides
Por Luciana T. Andrade e Marco Antônio C. Marinho
- 22** Sobre como ouvir a cidade: um guia
How to listen to the city: a guide
Por Thiago Oliveira Lima Matioli
- 30** Do outro lado: dimensões do estrangeiro e da imigração urbana numa produção cinematográfica
From the opposite side: dimension of the foreigner and the urban immigration in a cinema production
Por Priscilla Oliveira Xavier

Entrevista

- 37** Moradia é mais que um objeto físico de quatro paredes
Housing is more than a physical four walls object
Por Raquel Rolnik

Especial

- 43** A ordem que dá choque ou ordem chocante ou "venceu a arte"
The order that shocks or shocking order or "the art won"
Por Robert Moses Pechman

Ensaio

- 45** No compasso dos Mega-Eventos
No compasso dos Mega-Eventos
Por Marcia de Castro Borges

ficha técnica

Projeto gráfico e editoração eletrônica
Paula Sobrino

Revisão
Tamara Grisolia

A Ilustração de capa foi feita por **Cássia de Mattos de Lima** (desenho e pintura), 18 anos, e **Gabriel Bhering Dominoni** (assistência), 17 anos, alunos do Colégio Pedro II - Unidade Centro, Terceiro Ano do Ensino médio.

<http://casmattos.daportfolio.com>
<http://gabrielbd.daportfolio.com>

Luciana Corrêa do Lago

Autogestão da moradia

na superação da periferia urbana: conflitos e avanços

A intenção do presente artigo é alimentar a reflexão crítica, em curso no Brasil, sobre as disputas em torno da produção e do uso da cidade, com uma leitura das experiências urbanas de produção habitacional por autogestão coletiva, que nos últimos quatro anos ganharam impulso através dos programas federais direcionados a empreendimentos autogestionários. Buscaremos examinar alguns efeitos dessas experiências coletivas na estruturação do espaço urbano e na qualidade de vida das classes populares, com base em pesquisas de campo nas metrópoles de São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro¹.

Grande parte dos conjuntos habitacionais produzidos e geridos pelos movimentos sociais e sindicatos está localizada na periferia das grandes cidades brasileiras, em áreas carentes de equipamentos e serviços públicos. São bairros inacabados, localizados em áreas consolidadas, porém em permanente (auto)construção ou nas fronteiras do tecido urbano, onde ainda não há sinais da cidade. Em qualquer situação, são bairros cuja materialidade é resultado de uma longa luta por acessibilidade e integração à cidade. A chegada de empreendimentos e agentes vinculados a uma organização social atuante politicamente nas escalas metropolitana, estadual e nacional, altera a dinâmica econômica local e o poder dessas localidades no campo de disputa territorial por recursos públicos. Entre as alterações, encontram-se a chegada de escolas, creches e parques como resposta às reivindicações e a diversificação do comércio.

O que nos informam esses territórios em relação ao bem estar na grande cidade

¹ Pesquisa “As formas de provisão da moradia e seus impactos na reconfiguração espacial das metrópoles.”, coordenada pela autora e por Adauto Cardoso, no âmbito do INCT/Observatório das Metrópoles.

Luciana Corrêa do Lago

é doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. Professora Adjunta do Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional IPPUR/UFRJ.

lucianalago@terra.com.br



e à democratização do acesso aos serviços públicos? Em que medida tais empreendimentos possibilitam, em ação conjunta com o poder público, a formação de novos “centros” nas periferias urbanas? Em que medida a “cooperação” e o “valor de uso” como princípios fundantes dessa forma de produção habitacional (re)definem o padrão de bem estar urbano e o padrão de organização social do espaço urbano?

A AUTOGESTÃO NO NOVO QUADRO DA POLÍTICA HABITACIONAL

Vivemos hoje no Brasil a retomada do financiamento público federal para o setor imobiliário como resposta às pressões das grandes empresas da construção civil para a ampliação da demanda solvável no mercado habitacional. Isso gerou financiamento extensivo às faixas de renda de 0 a 10 salários, sob a *label* Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), orientado por uma “política de resultados” quantitativos: número de contratações frente ao déficit habitacional urbano. Tal política vem alcançando plenamente seus objetivos: novos arranjos empresariais que já vinham se formando desde 2006, através da abertura de capital nas bolsas de valores com atração de vultosos investimentos internacionais. Consequentemente, grandes estoques de terrenos e alta produtividade empresarial são viabilizados. Em alguns estados brasileiros, como Goiás, Rio Grande do Sul, Paraná e Alagoas, as metas de produtividade previstas para 2009/2010 foram ultrapassadas².

A grande novidade é o redirecionamento, inédito no país, dos investimentos com até 90% de subsídio para a população na faixa de 0 a 3 salários mínimos: das 769 mil unidades contratadas, 58% estão alocadas para essa faixa de renda. Porém, as permanentes reclamações dos empresários do setor quanto ao valor da unidade definido pela Caixa para essa faixa de renda, nos obriga a por em questão os números da Caixa.

“(…) para essa faixa de zero a três salários, cada imóvel custa pelo menos entre R\$ 45 mil e R\$ 50 mil, incluindo a compra do terreno, a infraestrutura e a construção da casa. O valor é muito apertado. As construtoras não estão se interessando pelo programa. E as que se interessam estão tomando prejuízos. Tudo isso atrasa o cronograma das obras. O setor propôs ao governo federal que o preço de cada imóvel aumente para R\$ 70 mil.” (Roberto

Kauffmann, presidente do Sinduscon-Rio, O Globo, 21/04/2011)

Como explicar, então, a contratação de 22.500 unidades para a faixa de zero a três salários na metrópole do Rio de Janeiro, sendo 16.100 unidades na capital? Pesquisa de campo no empreendimento Residencial Málaga Garden, na capital fluminense, financiado pela Caixa para a faixa de zero a três salários, mostrou que o preço final do imóvel pode chegar à R\$ 78.000,00, valor bem acima do teto definido pela Caixa. A realização desse valor foi possível através do contrato duplo assumido pelo comprador: um com a Caixa e outro diretamente com a empresa. Tais estratégias das empresas para garantir um sobre-lucro com a especulação imobiliária apontam para uma superestimação do alcance do Programa para a menor faixa de renda.

Para os empresários, o grande vilão do Programa é o proprietário de terras, principalmente nas capitais, responsável pelo alto preço dos terrenos ainda disponíveis. Esse discurso tem um duplo efeito: legítima a demanda à Caixa por um aumento no valor do financiamento para os mais pobres e oculta as práticas especulativas das próprias construtoras, geradoras da valorização fundiária que se dá através da combinação da estocagem de terras na periferia com a produção em grande escala de empreendimentos para os segmentos acima de três salários.

Os efeitos sócio-territoriais desse *boom* imobiliário nas metrópoles brasileiras³ são os mesmos de décadas passadas: “fechamento” das áreas periféricas urbanizadas para os inquilinos de baixa renda e para os moradores em áreas de risco e produção de conjuntos habitacionais precários nas fronteiras urbanas, sem a infraestrutura mínima exigida pela própria Caixa, porém com o aval das Prefeituras. As periferias urbanas diversificam-se econômica e socialmente, abrigando áreas bem servidas de equipamentos e serviços públicos. No entanto, trata-se de um fenômeno que ao mesmo tempo em que proporciona ganhos efetivos para o morador em condições de permanecer em seu bairro, bloqueia a entrada da população pobre que mais necessita estar cotidianamente próxima de um mercado dinâmico e de serviços públicos.

De norte a sul do país, a produção habitacional para baixa renda obedece um mesmo padrão de localização nas cidades: o nosso histórico padrão periférico. Se nos anos 60 e 70 foi o poder público, através das Cohabs, que promoveu a periferação dos conjuntos, hoje esse fenômeno é promovido diretamente

² Até novembro de 2010, 769 mil unidades haviam sido contratadas com financiamento do PMCMV, com investimentos somando 42 bilhões de reais (Caixa/VIGOV/SUMCV).

³ A análise privilegia as áreas metropolitanas, sabendo que processos semelhantes estão em curso em diversas cidades brasileiras de pequeno e médio porte.

pelas construtoras, que definem não apenas a localização e o público alvo, mas os projetos, tipologias e qualidade das edificações. O poder e o dever dos municípios de controlarem a localização e a qualidade dos novos empreendimentos não estão sendo exercidos. As prefeituras não têm condições técnicas e/ou vontade política para imporem ações regulatórias, direcionando os empreendimentos para áreas com infra-estrutura. No entanto, muitos gestores municipais invertem o problema, argumentando a falta de recursos para garantir a infraestrutura no ritmo do Programa MCMV. A aplicação dos instrumentos de planejamento territorial, como a ZEIS em áreas vazias, previstos nos Planos Diretores e a criação de um banco de terras para habitação popular não parecem estar na ordem de prioridades das Prefeituras.

Traçado, em linhas gerais, o novo cenário da política habitacional para baixa renda no país, retomemos a idéia central do texto. Embora pouco visível, está em curso em muitas cidades brasileiras uma disputa por localização, entre agentes com interesses e ideais de cidade conflitantes: de um lado, empresas da construção civil e, do outro, organizações comunitárias e sindicais. A força das ações empresariais em dominar extensas regiões das cidades e em pautar os problemas causados por suas ações, impede a visão dos conflitos subjacentes a esse produtivismo do setor habitacional. As condições de disputa são muito desiguais, a começar pela distribuição dos recursos públicos fe-

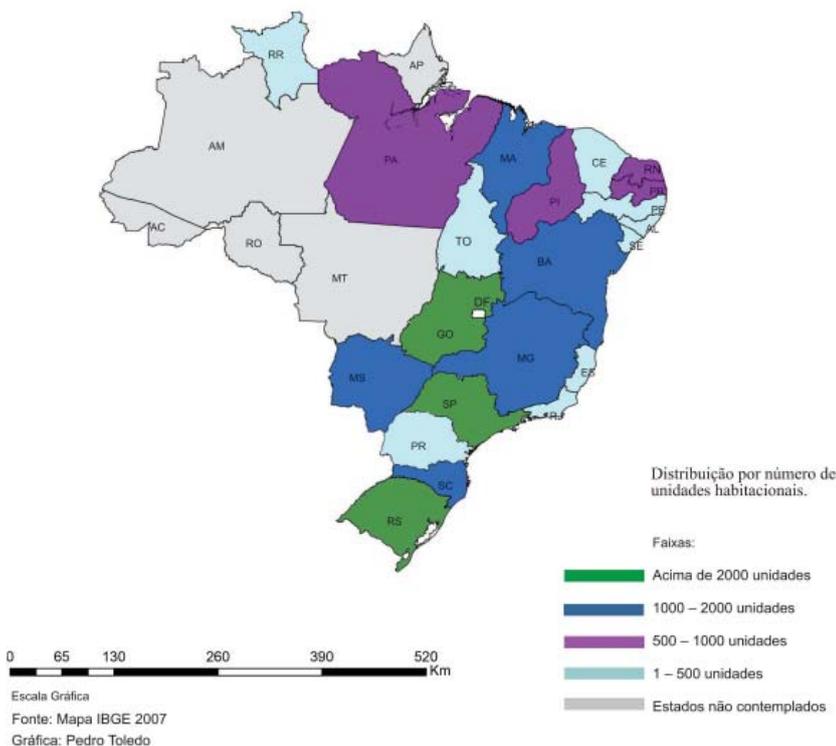
derais entre as linhas “Empresarial” e “Entidades” do Programa MCMV.

O Programa MCMV Entidades é a nova versão do Programa Crédito Solidário, criado em 2005, para financiar exclusivamente empreendimentos habitacionais autogestionários para famílias com renda até três salários, mas que começou a funcionar efetivamente em 2007. Entre 2007 e 2010, o Programa Crédito Solidário realizou 21.223 contratos com associações e cooperativas, com investimento de R\$381 milhões. De 2009 a março de 2011, o Programa MCMV Entidades realizou a contratação de 9.001 unidades, no valor total de R\$440 milhões. Ou seja, em cerca de quatro anos de financiamento federal para a produção autogestionária⁴, foram contratadas 30 mil unidades através dos dois programas, segundo dados do Ministério das Cidades. Para a produção empresarial, vimos anteriormente que o Programa financiou, em menos de dois anos, 449 mil unidades, segundo dados da Caixa.

Examinando a distribuição das unidades contratadas pelo Programa Crédito Solidário entre os estados da União, destaca-se a significativa concentração dos contratos em Goiás, Rio Grande do Sul e São

⁴ Entre 2008 e 2009, o Programa Social da Moradia, com recursos do FNHIS, financiou a produção habitacional por associações comunitárias, com um total de repasses em torno de R\$100 milhões.

Figura 1 - Distribuição das unidades habitacionais produzidas com o financiamento do Crédito Solidário, por estado, 2007-2010.



REGIÕES	Nº de municípios	Nº de unid. hab.
Região Nordeste		
PARAIBA	5	608
ALAGOAS	1	200
BAHIA	3	1220
CEARA	4	128
MARANHÃO	8	1924
PERNANBUCO	2	200
PIAUI	12	840
SERGIPE	1	100
RIO GRANDE DO NORTE	4	512
Região Sul		
RIO GRANDE DO SUL	104	2876
PARANÁ	14	407
SANTA CATARINA	45	1684
Região Sudeste		
SÃO PAULO	19	2042
RIO DE JANEIRO	4	330
MINAS GERAIS	5	1729
ESPIRITO SANTO	1	28
Região Centro-Oeste		
GOIAS	39	3040
MATO GROSSO SO SUL	15	1523
Região Norte		
TOCANTINS	3	400
RORAIMA	6	433
PARÁ	4	999
TOTAL	328	21223

Contratações até Abril de 2010

Paulo. O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades já mostra tendência a uma distribuição mais equilibrada: Bahia, Mato Grosso do Sul e Maranhão também se destacam no acesso ao financiamento. Não cabe aqui nos determos nos fatores explicativos dessas diferenças regionais, mas apenas mencionar que a maior adesão aos programas não pode ser entendida apenas pela capacidade de organização política da população local, mas também pelo papel dos governos estadual e/ou municipal como estimuladores ou mesmo promotores dessa forma de produção associativa⁵. O acúmulo de experiências numa região garante a aprendizagem necessária, por parte dos movimentos sociais e dos gestores públicos, para a difusão da produção autogestionária, quando linhas de financiamento para esse público são criadas. São muitas as diferenças na forma de gestão e produção dos empreendimentos entre as regiões e entre as organizações sociais gestoras. Consequentemente, os bens produzidos também apresentam significativas diferenças na qualidade do projeto e da construção.

Destacaremos, a seguir, dois processos que caracterizam a dinâmica da autogestão da moradia em algumas regiões do país: a disputa por localização na cidade e a construção de bairros residenciais.

1. A DISPUTA POR LOCALIZAÇÃO NA CIDADE

Como já visto, a liberação dos vultosos recursos públicos para a provisão da moradia não vem acompanhada de uma política municipal de reserva de terras urbanizadas para habitação popular, condição para o efetivo planejamento e controle da expansão urbana e da especulação fundiária pelo poder público. Na ausência desse controle, áreas com algum grau de urbanização passam a ser disputadas por organizações de moradores e por construtoras, com consideráveis vantagens para o segundo agente.

Nas metrópoles de Porto Alegre e São Paulo, lideranças a frente do processo de produção de empreendimentos por autogestão falam da disputa desigual por terra.

“Um empresário da cidade que ficou sabendo que a gente tinha uma proposta, que a gente ia fazer lá em cima, correu na frente, botou 850 mil à vista, botou 50 mil a mais e a gente perdeu aquele projeto lá, e aí a gente saiu de Porto Alegre e tivemos que correr na região metropolitana pra achar área. (...) Tinha prazo pra usar o dinheiro e aí foi correria total e voamos pra região metropolitana, fomos em Eldorado do Sul, Alvorada e Viamão. Aqui em Viamão a gente encontrou todas as condições. A câmara municipal, através do vereador Deda, fez uma lei em uma semana pra se readequar ao crédito solidário, nas isenções e em toda desburocratização pra ser rápido. (...) Os caras abriram a prefeitura pra gente, abriram a câmara de vereadores, acharam um proprietário, um loteador que tinha um empreendimento já pronto, com toda a infra-estrutura. Era tudo o que a gente queria.” (Entrevista com Paulo Machado, em junho de 2010.⁶)

⁵ A localização por município dos empreendimentos financiados pelo Crédito Solidário evidencia diferenças claras no padrão de distribuição em cada estado: no Rio Grande do Sul os empreendimentos estão espalhados por inúmeros pequenos municípios (principalmente na região norte do estado), enquanto em São Paulo há forte concentração na metrópole da capital.

⁶ Paulo Machado é funcionário da Empresa Brasileira de Correios, na regional do Rio Grande do Sul, e coordenador da Cooperativa Habitacional dos Correios, organizando a produção de conjuntos habitacionais por autogestão em parceria com associações profissionais e de moradores, em vários municípios da metrópole gaúcha. Sua fala refere-se à compra de uma gleba já loteada no município de Viamão, na periferia metropolitana, com financiamento do Programa Crédito Solidário, onde foram construídas 204 casas por autogestão.

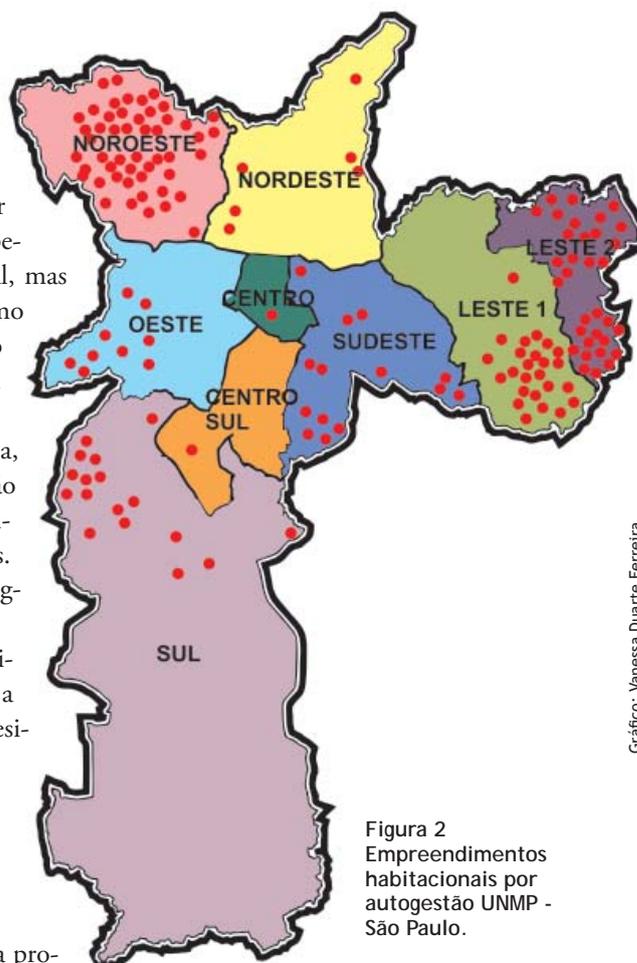


Gráfico: Vanessa Duarte Ferreira

Figura 2
Empreendimentos habitacionais por autogestão UNMP - São Paulo.

“Na região aqui, acabou os terrenos de vinte mil metros quadrados, que é um tamanho razoável para trabalhar; não é muito pequeno nem muito grande. Acabou. Esses terrenos todos foram comprados para três a seis [salários mínimos], pela Tenda, pela Rossi, pela Gafisa. A gente tem uma lista dos terrenos, e vamos lá ver os terrenos.” (Entrevista com Evaniza Rodrigues, em abril de 2011.⁷)

As duas falas acima deixam claro que a competição no mercado de terras em condições desiguais provoca o fechamento das áreas urbanizadas ao acesso dos movimentos sociais. Restam a esses as fronteiras da cidade. Em termos

⁷ Evaniza Rodrigues é coordenadora da União de Movimentos de Moradia em São Paulo, organizando a produção de conjuntos habitacionais por autogestão, na zona leste da capital. Sua fala refere-se a essa região e à tentativa de compra de terrenos pelos movimentos, com financiamento do Programa MCMV Entidades.



Fig.3 - Entorno dos conjuntos Unidos Venceremos e Paulo Freire; Zona leste/SP.

Foto: Luciana Lago

locaionais, podemos entender a conquista da moradia digna pelos movimentos sociais como a conquista da periferia. A maior parte dos conjuntos habitacionais é produzida em áreas mal servidas de equipamentos sociais e serviços públicos básicos, a começar pelo transporte, serviço que estabelece as distâncias cotidianas na cidade.

O mapeamento dos empreendimentos autogestionários produzidos pela União de Movimentos de Moradia no município de São Paulo mostra a concentração destes na fronteira urbana, onde em algumas áreas ainda verifica-se a ausência de cidade⁸.

“Aqui é um bairro ainda muito carente, carente de infraestrutura, de condução... Por enquanto é assim, já esteve pior. Acho que hoje tá médio. O transporte aqui é difícil, de manhã é uma briga nas lotações. Então eu sempre falo, ‘gente, não tem que brigar, é fazer um abaixo assinado, colher as assinaturas e levar onde tem que levar, até pro Ministério se precisar’.” (Entrevista com Mariza⁹, em dezembro de 2010.)

“Quando a gente chegou nesse bairro aqui só tinha um mercadinho, que não vendia nem copo descartável. Chegamos aqui no terreno cheio de mato, pra carpir. (...) Então o bairro foi valorizando com a nossa chegada aqui, porque a gente consome, a gente compra.” (Entrevista com Rose¹⁰, em dezembro de 2010.)

O mesmo cenário foi identificado em conjuntos produzidos pelos movimentos sociais na periferia de Porto Alegre.

“Escola tem problema aqui; o mundo de crianças que a gente vê aí. A escola que a gente tem opção de colocar fica lá em cima, dá uns três quilômetros, para uma criança ir a pé todo dia não tem condições. E se tu for colocar em uma particular, aí

é quatrocentos reais. (Entrevista com Cleber¹¹, em junho de 2010.)

As condições de carência vividas no início da empreitada, no entanto, não inibem as expectativas e as ações coletivas de transformação da área num bairro residencial com qualidade de vida urbana.

2. A CONSTRUÇÃO DE BAIROS RESIDENCIAIS

A crença dos moradores nas transformações do espaço periférico é alimentada por um ideal do bairro construído durante a produção autogestionária dos conjuntos. Esse ideal é composto pela combinação de diferentes elementos, que variam em função da história e do acúmulo desse tipo de experiência por cada movimento social e em função da trajetória individual das pessoas envolvidas. Mas são sempre ideais de cidade.

“Não dá pra pensar que aquele empreendimento vai ser uma ilha. Ele tem as relações com o que tem em volta dele, com as coisas boas e com as coisas complicadas que aquele entorno vai ter. Só que a chegada de um movimento organizado num lugar, é claro que gera um impacto. (...) Depois de algum tempo esses processos vão contagiando quem tá em volta. Uma coisa que a gente faz, especialmente nos projetos sociais, é de que nunca é fechado para aquele grupo [mutirantes do movimento], desde aumentar o comércio, as linhas de ônibus...” (Entrevista com Evaniza Rodrigues, em abril de 2011.)

A continuidade, ao longo do tempo, de experiências autogestionárias numa mesma região demonstra ser a condição para que os coletivos envolvidos ampliem o universo de suas ações, incorporando novas demandas para além da casa com infraestrutura básica. Estudos em São Paulo e Porto Alegre apontam diferenças na definição das necessidades a serem superadas. Em São Paulo, onde os mutirões organizados por movimentos assessorados tecnicamente por profissionais¹² já somam trinta anos, a luta por moradia digna contém, hoje, uma extensa lista de necessidades entendidas como “básicas”: rede de infraestrutura, linhas de ônibus, creche, escola, posto de saúde, praças e equipamentos de esporte e lazer, agência bancária,

⁸ Na zona noroeste da cidade, onde é grande a concentração de conjuntos autogestionários, as condições de acessibilidade (trem e ônibus) são boas, assim como a oferta de escolas públicas e comércio diversificado.

⁹ Mariza é moradora do conjunto “Unidos Venceremos”, na zona leste de São Paulo, produzido no regime de autogestão e financiado pela Cohab-SP.

¹⁰ Rose é moradora do conjunto “Paulo Freire”, na zona leste de São Paulo, produzido no regime de autogestão e financiado pela Cohab-SP.

¹¹ Cleber é morador de um conjunto financiado pelo Crédito Solidário, no município de Alvorada, na periferia metropolitana de Porto Alegre. Foram construídas 60 casas, numa parceria entre a Cooperativa dos Correios e a UAMA (União de Associações de Moradores de Alvorada).

¹² Os movimentos de moradia em São Paulo contam, há muitos anos, com assessoria técnica de diferentes escritórios de arquitetura, técnicos sociais e advogados, diferentemente de Porto Alegre, onde a assessoria técnica é pontual e pouco organizada.

Foto: Priscilla Xavier



Fig.4 - Conjunto União da Juta, zona oeste/SP.

comércio diversificado, beleza do imóvel, qualidade da construção e do projeto de arquitetura, tamanho adequado do imóvel. Na metrópole gaúcha, a pauta ainda é reduzida e centrada na casa padronizada com infraestrutura e transporte. Em ambos os casos, no entanto, os efeitos desses empreendimentos na área do entorno são evidentes.

Em Viamão, município periférico com urbanização descontínua e precária, a chegada de um empreendimento residencial produzido por organizações sociais com legitimidade na esfera política local altera as condições urbanas de vida na área e provoca novos conflitos.

“É por isso que a gente teve problemas. Aqui é a primeira estação de tratamento de esgoto na cidade, as ruas todas pavimentadas com rede elétrica que não tem nos outros. Começaram a visitar a gente aqui, a roubar, roubar. O pessoal aqui do lado, achando que a gente tinha dinheiro e nós nessa pedreira do cão.” (Entrevista com Paulo Machado, em junho de 2010.)

Em São Paulo, conjuntos habitacionais com mais de dez anos de vida expressam, hoje, o contínuo processo de construção do bairro idealizado pelos moradores. Esse é o caso do conjunto União da Juta¹³, concluído

¹³ O conjunto União da Juta abriga 160 apartamentos e está próximo de mais dois conjuntos produzidos pelo movimento da zona leste, que abrigam juntos 630 unidades residenciais.

Foto: Priscilla Xavier



Fig.5 - Creche no Conj. União da Juta, SP.

Foto: Priscilla Xavier



Fig.6 - Igreja e posto da Caixa no Conj. União da Juta, SP.



Foto: Luciana Lago

Fig. 7 - Conjunto Colinas da Oeste, zona oeste/SP.

em 1997 e localizado numa extensa e monótona área de conjuntos produzidos pela companhia estadual de habitação. O movimento de moradia da zona leste administra diferentes serviços públicos no conjunto, tais como creche para 110 crianças, atividades extracurriculares para jovens e posto de atendimento da Caixa¹⁴. Foram conquistadas dos mutirantes do conjunto para todo o bairro.

“Nada é só pra gente daqui do mutirão. É aberto pra toda a comunidade. Tem mães que moram aqui nesses prédios próximos, como tem mãe que tive que buscar lá do outro lado da Juta.” (Entrevista com Cris¹⁵, sobre o funcionamento da creche, em abril de 2011.)

Por fim, um item importante presente na pauta de prioridades dos movimentos em São Paulo deve ser mencionado: a qualidade da moradia, no que se refere ao padrão estético e construtivo, à área útil da habitação e às áreas coletivas. As discussões e decisões coletivas em todas as etapas da empreitada ampliam o campo de alternativas em todas as dimensões.

“Então a assessoria fazia apresentação num *datashow* de todas aquelas obras que eles já fizeram pro movimento e a gente ficava olhando ali o que era legal e o que não era... A gente queria uma varandinha. E aí eles iam colocando e sempre orientando: ‘olha isso é possível... Uma piscina não é, não tem recurso pra isso.. Ah tá. Um playground tem condição. Uma quadra de esporte não dá, porque não tem terra suficiente pra fazer’. Então assim: a gente falava, pensava, sonhava e eles diziam pra gente se conseguiam colocar ou não no projeto. E no final saiu aí esse desenho gostoso, maravilhoso...” (Entrevista com Adriana¹⁶, em junho de 2010).



Foto: Luciana Lago

Fig. 8 - Conjunto Paulo Freire, zona leste/SP.

A qualidade do material de construção, como janelas de alumínio, e a introdução de sacadas e cores fortes nas fachadas, por exemplo, são valorizadas pelos moradores, garantido distinção e status na relação com o padrão construtivo do entorno. Em muitas das experiências analisadas ficou clara a busca dos moradores em diferenciarem suas habitações do padrão típico dos conjuntos estatais. Como disse uma liderança¹⁷, os mutirões vão ajudando os bairros periféricos “a terem cara de cidade”. Aparência e essência, aqui, são indissociáveis. A qualidade estética é acompanhada por apartamentos com área superior ao mínimo definido hoje pela Caixa - 42m² com área útil de 37m² - e que se tornou o padrão habitacional para as famílias na faixa de zero a três salários. As áreas dos apartamentos dos conjuntos “Colinas da Oeste”, “União da Juta” e “Paulo Freire” são, respectivamente, 56m², 65m² e 56m².¹⁸ As figuras 4, 7 e 8 dão uma idéia do padrão estético alcançado, até o momento, pelos movimentos de moradia de São Paulo nas periferias da cidade. ■

¹⁴ A creche é conveniada com a Prefeitura de São Paulo e as funcionárias são moradoras do conjunto. O Posto da Caixa Econômica também é resultado de convênio do banco com o movimento e os funcionários também são moradores.

¹⁵ Cris é coordenadora da creche e moradora do conjunto União da Juta.

¹⁶ Adriana é coordenadora do mutirão Colinas da Oeste, na zona oeste de São Paulo.

¹⁷ Essa fala foi de Evaniza Rodrigues.

¹⁸ O conjunto “Colinas da Oeste”, a ser inaugurado neste mês de maio de 2011, foi financiado pelo programa Crédito Solidário e contou com a assessoria técnica da Ambiente Arquitetura. Os conjuntos “União da Juta” e “Paulo Freire” tiveram assessoria técnica da Usina, sendo o primeiro financiado pela Cia Estadual de Habitação (CDHU) e o segundo, pela COHAB do município de São Paulo.

Luciana Teixeira Andrade
Marco Antônio Couto Marinho

Explorando as relações

entre metrópole, juventude e homicídios

Resumo

O artigo discute as relações entre a incidência de homicídios, o processo de metropolização e a vitimização juvenil. Suas fontes principais de dados são o Mapa da Violência 2010 e os registros de homicídios disponíveis no Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS). Situa o Brasil em relação a outros países, analisa a dinâmica interna dos homicídios no Brasil na última década e o perfil das suas vítimas. Mostra a concentração dos homicídios nas regiões metropolitanas, entre os jovens do sexo masculino, negros e pardos. Mostra ainda que apesar da queda em algumas grandes regiões metropolitanas e capitais, o índice de homicídios cresce em outras metrópoles, entre os jovens e entre os negros.

Palavras-chave: Homicídios; metrópoles; juventude.

Abstract

This article discusses the relationship between the incidence of homicide, the process of metropolization and juvenile victimization. Their main sources of data are the Violence Map 2010 and the records about homicide available on Mortality Information System of the Ministry of Health (SIM/MS). Locate Brazil in relation to other countries, examines the internal dynamics of homicide in Brazil in the last decade and the profile of their victims. It shows the concentration of homicides in metropolitan areas, among young males, blacks and browns. It also shows that despite the decrease in some large metropolitan areas and capital, the murder rate grows in other cities, among young and among blacks.

Palavras-chave: Homicides; metropolis; youth.

Este artigo é parte da pesquisa Organização Social Do Território e Criminalidade Violenta, desenvolvida pelo Observatório das Metrópoles/INCT/CNPq. Uma primeira versão foi apresentada no JUBRA, Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira, PUC Minas, Belo Horizonte, 16 a 18 de junho de 2010. Para esta versão, agradecemos as observações e sugestões do parecerista da *e-metropolis*.

Luciana Teixeira Andrade

é doutora em Sociologia/IUPERJ, professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e dos cursos de graduação em Ciências Sociais e Jornalismo da PUC Minas. Pesquisadora do Observatório das Metrópoles.

andrade@pucminas.br

Marco Antônio Couto Marinho

é geógrafo, especialista em Segurança Pública, mestrando em Ciências Sociais/PUC Minas. Pesquisador do Observatório das Metrópoles.

coutomarinho@gmail.com

OS HOMICÍDIOS E SEUS REGISTROS: BREVE NOTA

Este artigo tem dois objetivos principais: discutir a relação entre homicídios e juventude e entre homicídios e contexto metropolitano. Para tanto, tomará como referência empírica os dados nacionais e internacionais de homicídios divulgados pelo Mapa da Violência 2010 e os homicídios na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) disponíveis no Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS). Trata-se, portanto, de uma exploração desses registros de homicídios, tomando como referência a sua dupla concentração, entre os jovens e nas metrópoles.

Antes de adentrarmos nas análises propostas pelo texto presente, faz-se relevante alguns esclarecimentos sobre os motivos que nos levaram à escolha do SIM/MS como fonte de dados mais confiável para a construção das representações do risco de morte através das taxas de homicídios por grupos de 100 mil habitantes. Essa escolha se deu por duas razões principais: primeiramente pelo acesso livre, via internet, à base de dados de mortalidade do SIM/MS através do sítio do Data/SUS, levando em conta a enorme dificuldade de acesso aos dados dessa natureza através das instituições policiais. Em segundo lugar, conforme atesta Peres (2004, p.25), no Brasil, devido à baixa confiabilidade, ausência de padronização e difícil acesso aos dados produzidos pelas polícias estaduais, o SIM/MS representa a fonte de dados oficial com consistência e grau de padronização suficiente para a comparabilidade entre as UF's, RM's e municípios nacionais. Ainda de acordo com Peres (2004, p.25), corroborando com Castro, Assunção e Durante (2003), a partir de 1997 os dados de homicídios¹ do SIM/MS, categorizados pela CID - 10² estão mais consistentes. No que diz respeito às mortes derivadas de violências, percebe-se que os homicídios eram sub-notificados e categorizados como sendo mortes de causas indefinidas pela CID - 09. Assim, além da melhora na categorização, através da CID -10, de acordo com literatura especializada, dentre todos os

¹ Ressalta-se que a seleção das informações no SIM/MS considerou, dentro da categoria "causas externas", a sub-categoria "óbitos decorrentes de agressões" como representativa dos casos homicídios, que são as de código X85 até Y09, correspondentes aos homicídios intencionais ou não, de acordo com nova classificação estabelecida a partir da CD-10. Ainda sobre a qualidade dos dados sobre mortes, utilizados para a produção das taxas, ressalta-se uma limitação analítica das informações disponibilizadas pelo SIM/MS, de haver um nível de detalhamento intra-municipal, o que impede o entendimento do fenômeno em áreas internas dos municípios.

² 10ª revisão da Classificação Internacional de Doenças.

tipos de crimes existentes na sociedade, de uma maneira geral, o homicídio é um dos que apresenta os menores problemas de sub-notificação. Tal condição se deve tanto pelo alto grau de gravidade social percebida neste tipo de crime, como pela dificuldade de desaparecimento do corpo da vítima, o que favorece pelo menos a identificação e registro da existência do fato "homicídio". Por essas razões, mas também por se tratar de um crime contra a vida e com capacidade de identificar a condição de risco social extrema de determinados grupos da população (BEATO *et al*, 2001) é que optamos por utilizar a taxa³ de homicídios como um indicador da criminalidade e da violência urbanas nessa análise. No entanto, é também importante dizer que o homicídio de maneira alguma retrata todas as dimensões da violência e da criminalidade violenta no Brasil, mas apenas daquelas que resultam na morte.

Outro limite dos dados é a impossibilidade de captar, pelo simples registro de um óbito, os processos sociais que levaram a essa forma radical de enfrentamento dos conflitos. Sabe-se que ele pressupõe, no mínimo, um autor. Essa dimensão societária do homicídio, que não pode ser percebida pelos dados aqui analisados, não deve, no entanto, ser desconsiderada. Além disso, o dado não diferencia se o crime foi intencional ou não.

OS HOMICÍDIOS E OS JOVENS

Vários estudos mostram que as mortes por homicídios têm, como vítimas preferenciais, os jovens⁴. Estes, menos afeitos às doenças, tendem a morrer mais por outras causas, como as chamadas causas externas⁵, entre elas o homicídio, como se mostrará a seguir. No entanto, outro aspecto menos explorado são as diferenças entre os países. Parte dessa diferença pode ser

³ As taxas por 100 mil habitantes são produzidas pela seguinte equação básica: $X/Z \cdot 100$ mil. Sendo que: X= nº de eventos; Y= nº de população.

⁴ A literatura sobre o tema é bastante vasta. O livro Não matarás: desenvolvimento, desigualdades e homicídios, de Gláucio Ary Dillon Soares, apresenta uma ótima revisão da literatura. Sobre jovens e gênero afirma: "No concernente à associação entre gênero masculino e homicídio e entre juventude e homicídio, ela é confirmada em todas as sociedades e épocas para as quais há dados minimamente confiáveis" (SOARES, 2008, p. 22).

⁵ Na área da saúde, as mortes são diferenciadas segundo as suas causas em externas e internas. Mortes por causas internas são aquelas provocadas por doenças, já as mortes por causas externas (exógenas) incluem, além do homicídio, os suicídios, as agressões, os acidentes resultantes de quedas, afogamentos etc e dos meios de transporte.

explicada pela proporção de jovens na população dos distintos países. O Brasil, por exemplo, cuja proporção de jovens na população vem diminuindo, pode vir a registrar, nos próximos anos, uma queda nos homicídios em função desse fator demográfico. No entanto, justamente para neutralizar esse fator é que são calculadas as taxas de homicídios pela população de jovens e, mesmo entre essas, as diferenças permanecem muito significativas. Isso aponta para a importância de fatores contextuais que precisariam ser contemplados em cada sociedade e em seus diferentes espaços⁶. Em síntese, a violência não é de forma alguma um fenômeno simples de ser compreendido. O mínimo que podemos dizer é que se trata de um fenômeno multicausal, com algumas regularidades, mas com características também muito sensíveis aos contextos locais.

Para exemplificação de parte do que foi dito acima, e também para uma comparação e contextualização nacional e internacional, utilizaremos aqui os dados do Mapa da Violência 2010 (WASELFISSZ, 2010). As diferenças nas taxas de homicídios podem ser verificadas tanto entre os países quanto em seu interior, seja em relação aos seus diferentes grupos sociais ou à sua localização no espaço. O Mapa da Violência 2010 apresenta dados de homicídios por 100 mil habitantes para 91 países. O critério de seleção desses países foi possuir dados homogêneos para o período entre 2003 e 2007. Entre eles, o Brasil ocupa a sexta posição, com 25,8 homicídios por 100 mil habitantes em 2005. Na sua frente estão El Salvador (50,1), Colômbia (45,4), Guatemala (34,5), Ilhas Virgens (EUA) (31,9) e Venezuela (30,1). Nesses seis primeiros lugares encontramos, predominantemente, países da América Latina e Central. Abaixo do Brasil vem a Rússia, com 20,2 homicídios. Esse grupo de sete países com taxas acima de 20 homicídios por 100 mil habitantes corresponde a 7,7% do universo de 91 países que compõe a publicação. Os Estados Unidos ocupa a vigésima sétima posição, com seis homicídios por 100 mil habitantes. Como ele, ou seja, com taxas abaixo de 10 homicídios por 100 mil habitantes, temos um grupo de 73 países. Com taxas abaixo de cinco homicídios, um grupo de 58 países e, com índices inferiores a um homicídio por 100 mil habitantes, 21 países, com predominância quase absoluta de países da Europa e da Ásia. Esses dados mostram que a violência letal não está disseminada pelo mundo, e sim concentrada em um grupo restrito de países.

No interior do Brasil, esse fenômeno da concentração se repete. Já aproximando-nos de nosso ob-

jeto de pesquisa – as regiões metropolitanas (RMs) –, constatamos que em 2007, 10 delas (Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória) acumulavam 45% dos homicídios registrados no Brasil⁷. Neste mesmo ano, segundo as projeções intercensitárias do IBGE, residiam nas mencionadas RMs 31% da população brasileira (IBGE, 2010). Os critérios utilizados pelo Mapa da Violência 2010 para a escolha dessas 10 RMs são as nove que foram “criadas ao longo da década de 1970, agregando também a região metropolitana de Vitória, que, por ser bem mais recente, apresenta um interesse específico quando se trata de analisar a violência letal no país” (WASELFISSZ, 2010, p. 15). Com exceção de Vitória, a seleção priorizou os critérios institucionais e temporais (as primeiras regiões metropolitanas institucionalizadas) e não a maior incidência de homicídios. Tanto que nesse grupo, temos situações bastante diferenciadas, com São Paulo em um extremo, com 19,1 homicídios por 100 mil habitantes em 2007 e Recife com 72,6.

Esses dados nos fazem refletir mais cuidadosamente sobre o tão noticiado fenômeno da interiorização dos homicídios, em geral sustentado pelo aumento das taxas em alguns municípios menores e queda em algumas capitais e RMs. Se essa mudança é um fato relevante, ela não pode ofuscar a questão de que as capitais e as RMs continuam a concentrar os maiores números e as maiores taxas de homicídios. Ou seja, apesar de o fenômeno da desconcentração ser importante – e ocorrer inclusive no interior das próprias regiões metropolitanas, com algumas capitais registrando queda enquanto municípios de seu interior registram crescimento –, ele não deve eludir o fenômeno mais geral da concentração, que se verifica tanto entre os países quanto no interior desses (estados, regiões, capitais) e no interior das próprias cidades. Quanto aos registros de homicídios totais no Brasil, na última década (1997-2007) o país apresentou, em números absolutos, um crescimento de 17,8%. Os homicídios passaram de 40.507 para 47.707. Em termos relativos, ou seja, na sua distribuição por 100 mil habitantes, houve uma queda de 0,7, uma vez que o crescimento dos homicídios foi inferior ao crescimento populacional.

Em relação às diferentes faixas etárias ou fases da vida, as taxas de homicídios no Brasil são em geral muito baixas na infância, com exceção da faixa com menos de um ano, que registrou em 2007 2,4 homicídios por 100 mil habitantes, e crescem à medida

⁶ Para uma abordagem das possíveis relações entre homicídios e desigualdades sociais, e entre elas e as distribuições espaciais, ver Cano e Santos (2001).

⁷ Em números absolutos, em 2007, o Brasil registrou 47.707 homicídios, sendo que 21.451 deles ocorreram nessas 10 RMs (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2010).

que a idade avança para os períodos da adolescência e juventude. Assim, as faixas anteriores à idade de 12 anos foram inferiores a 2,0. Após os 12 anos, as taxas crescem vertiginosamente: 3,9 aos 13 anos; 9,4 aos 14 anos; 18,7 aos 15 anos e 31,6 aos 16 anos. A taxa aos 16 anos supera, assim, a taxa total do Brasil, que é de 25,2 homicídios por 100 mil habitantes. Esse crescimento pode ser verificado até os 19 anos, quando chega a 59 homicídios por grupo de 100 mil habitantes, mais que o dobro da taxa verificada para o país. E, apesar de apresentar uma pequena queda, mantém-se elevada até os 24 anos como mostra a tabela seguinte que compara as taxas de dois períodos, 1997 e 2007.

Em relação ao que ocorreu na última década (1997 a 2007) para o Brasil, é possível observar uma queda de 0,7 taxa total de homicídios. Já na faixa de 12 a 18 anos (que, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA –, corresponde à adolescência) ocorreu um crescimento de 28,8%, sendo que os maiores índices se concentraram nas idades de 14, 15 e 16 anos que cresceram, respectivamente, 35,8%;

34,4% e 31,6% (WAISELFISZ, 2010, p. 44).⁸

O que se pode concluir pela apresentação desses dados é um crescimento a partir dos 12 anos e uma mudança radical a partir dos 15. Entre 14 e 15 a taxa praticamente dobra, passando de 9,4 para 18,7. Esse crescimento se mantém até os 19 anos, o que marca essa faixa etária dos 15 aos 19 como a de maior risco de morte para os jovens. Outro indicador preocupante é o crescimento nessa faixa. Se o homicídio cai no Brasil, ele ainda cresce entre os jovens.

Quando estendemos essa faixa até o período de transição da adolescência para a juventude, ilustrado pela agregação etária entre 15 a 24 anos observamos que, em 2007, as mortes por homicídio nessa faixa representaram 36,6% de todos os casos registrados pelo Sistema de Informação de Saúde no Brasil. Com uma trajetória ascendente até 2003 e descendente entre 2004 e 2007. Se considerarmos toda a década, é verificadorum crescimento de 22,5% em números absolutos e de 11,0% nas taxas (WAISELFISZ, 2010, p. 68). Levando em consideração apenas as capitais e

⁸ Em função das várias definições de adolescência e de juventude adotadas pelas instituições brasileiras e internacionais, e em função também dos dados que não necessariamente seguem as definições institucionais, ora recorremos a um agrupamento, ora a outro.

Tabela 1 - Evolução do número e das taxas de homicídio na população por grupos etários; Brasil, 1997- 2007.

Idade	Número de Homicídios			Taxas de Homicídios		
	1997	2007	↑%	1997	2007	↑%
- de 1 ano	81	77	-4,9	2,6	2,4	-5,7
1 ano	19	26	36,8	0,6	0,8	32,4
2 anos	26	18	-30,8	0,8	0,5	-33,6
3 anos	27	26	-3,7	0,8	0,8	-7,8
4 anos	14	25	78,6	0,4	0,7	66,2
5 anos	16	22	37,5	0,5	0,6	26,3
6 anos	22	28	27,3	0,7	0,8	19,6
7 anos	23	23	0,0	0,7	0,7	0,0
8 anos	27	28	3,7	0,8	0,8	0,0
9 anos	29	26	-10,3	0,9	0,8	-8,2
10 anos	36	25	-30,6	1,0	0,8	-25,6
11 anos	42	43	2,4	1,2	1,3	5,6
12 anos	55	65	18,2	1,6	1,9	22,1
13 anos	116	131	12,9	3,2	3,9	22,2
14 anos	257	315	22,5	6,9	9,4	36,2
15 anos	500	633	26,6	13,9	18,7	34,4
16 anos	860	1.081	25,7	24,0	31,6	31,6
17 anos	1.287	1.566	21,7	38,2	45,3	18,6
18 anos	1.526	1.993	26,7	46,2	55,4	19,9
19 anos	1.682	2.075	23,4	54,1	59,0	9,1
20 anos	1.819	2.079	14,3	57,4	58,5	1,8
21 anos	1.733	2.130	22,9	55,9	59,3	6,2
22 anos	1.631	1.995	22,3	53,8	55,0	2,4
23 anos	1.652	1.954	18,3	55,7	53,4	-4,1
24 anos	1.580	2.029	28,4	54,5	54,9	0,8
Total	14.270	17.475	22,5	45,1	50,1	11,0

Fontes: Mapa da Violência, 2010. BRASIL/MS, 2008.
Elaboração: Observatório das Metrôpoles/ INCT-CNPq.

as dez RMs, verifica-se uma queda ao longo dessa década. Se essa queda é um indicador positivo, ela não deve ofuscar a permanência de altas taxas de homicídios nas metrópoles, assim como a gravidade da mortalidade juvenil, que apresenta taxas extremamente elevadas e ainda em ascensão.

Outro aspecto que merece uma atenção mais dedicada é a queda extremamente significativa da taxa de homicídios juvenis pela agregação etária de 15 a 24 anos nas duas maiores regiões metropolitanas do Brasil: São Paulo e Rio de Janeiro, - 68,4% e -29,9% respectivamente, afetando, inclusive, a queda no total das RMs. No entanto, nesse mesmo período, todas as outras RMs do grupo aqui analisado apresentaram crescimento nas suas taxas, apesar da verificada queda nas capitais de Recife e Vitória, - 2,7% e - 15,6% respectivamente, como pode ser visto pela Tabela 2.

O gráfico 1 mostra a variação das taxas na RMBH por grupos etários no período de 1997 até 2007. O que se percebe é uma tendência de crescimento em quase todas as faixas até 2004, exceto para as faixas de “0 a 9 anos” e “50 e mais”. As colunas de cor amarela e anil, que correspondem às faixas de “15 a 24 anos” e de “15 a 29 anos” respectivamente, chamam a atenção para o distanciamento que atingem em relação às demais faixas etárias, evidenciando um constante crescimento das mortes entre os jovens.

Ainda que as questões do gênero e da cor não sejam objeto de análise deste artigo, elas refinam o perfil desses jovens vítimas de homicídios. No Brasil, 92,1% das vítimas de homicídios pertencem ao sexo masculino e, surpreendentemente, tal participação

	RM			Capital		
	Taxa		↑%	Taxa		↑%
	1997	2007		1997	2007	
Belém	38,5	82,9	115,4	38,2	75,7	98,1
Belo Horizonte	29,3	107,5	267,2	32,6	137,1	320,5
Curitiba	39,7	96,9	144,1	48,9	115	135,2
Fortaleza	39,4	74,9	89,9	47,2	87,2	84,7
Porto Alegre	51,9	73,9	42,5	76,7	114,4	49,2
Recife	147	174,2	18,4	230,3	224,1	- 2,7
Rio de Janeiro	142,1	99,6	-29,9	138,9	85,6	- 38,4
Salvador	79,9	114,7	43,4	86,8	116,8	34,6
São Paulo	106,2	33,6	-68,4	112,3	29,7	- 73,6
Vitória	159,8	168	5,1	205,8	173,6	- 15,6
Total	95,3	82,1	-13,8	92,7	70,0	- 24,5

Fontes: BRASIL/MS, 2008. Elaboração: Observatório das Metrópoles/ INCT-CNPq.

percentual foi a mesma registrada 10 anos antes. Entre os jovens (15 a 24 anos), a participação masculina é ligeiramente maior, 93,9% em 2007. Quando calculadas para o grupo de 100 mil, a taxa de homicídios feminina é de 3,9 e a masculina de 47,2.

Em relação à cor, apesar de não dispormos desse dado por grupos etários, impossibilitando identificar os homicídios juvenis a partir dessa variável, consideramos pertinente aludirmos um pouco sobre essa dimensão. As informações que tivemos acesso cobrem apenas o período de 2002 a 2007. Observamos que nesse intervalo houve uma queda de 24,1% no número de vítimas brancas e um acréscimo de 12,2%

Tabela 2 - Evolução das taxas de homicídio entre jovens de 15 a 24 anos, RMs e Capitais respectivas, 1997/ 2007.

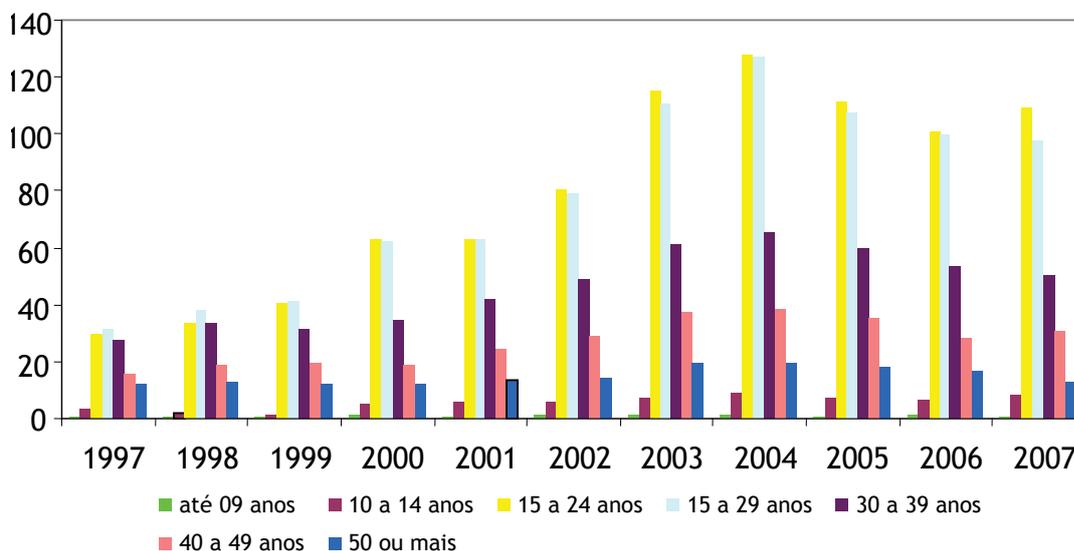


Gráfico 1 - Taxas de homicídios por 100 mil habitantes por grupos etários RMBH 1997/2007.

nas vítimas negras (agregando os grupos pardos e negros). O Mapa da Violência 2010 calculou também o índice de vitimização de brancos e negros, resultante da relação entre as taxas de brancos e de negros. Para o Brasil, esse índice mostra que a proporção da mortalidade de vítimas de agressões entre negros vem aumentando em relação às de cor branca. Em 2002

morreram 45,8% mais negros do que brancos; em 2004, 73,1% e em 2007; 107,6%, ou seja, mais que o dobro de brancos.

Concluindo essa parte da exposição, os dados do Mapa da Violência 2010 mostram uma concentração dos homicídios entre os jovens (em trajetória ascendente) e nas regiões metropolitanas (em trajetória descendente). A partir de agora, nos deteremos nos dados da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), abordando, inicialmente, sua formação e composição para em seguida, analisarmos a distribuição dos homicídios entre os seus 34 municípios e entre os jovens.

O CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

O processo de metropolização de Belo Horizonte iniciou-se durante a década de 1940, motivado principalmente pela inauguração da Cidade Industrial em Contagem e pela implantação do complexo da Pampulha, na parte norte da cidade. As décadas seguintes, 1950 e 1960, foram as de maior crescimento demográfico, acelerando os processos de ocupação das áreas periféricas próximas aos municípios limítrofes, gerando intensa conurbação. No período da Ditadura Militar, mais especificamente em 1973, oito Regiões Metropolitanas do Brasil foram oficialmente instituídas. Até 1989, a RMBH contava com 14 municípios; de 1989 até 2002 esse número quase dobrou (ANDRADE, 2009) e atualmente ela possui 34

municípios e uma população estimada de 5.100.588 pessoas (IBGE, 2010).

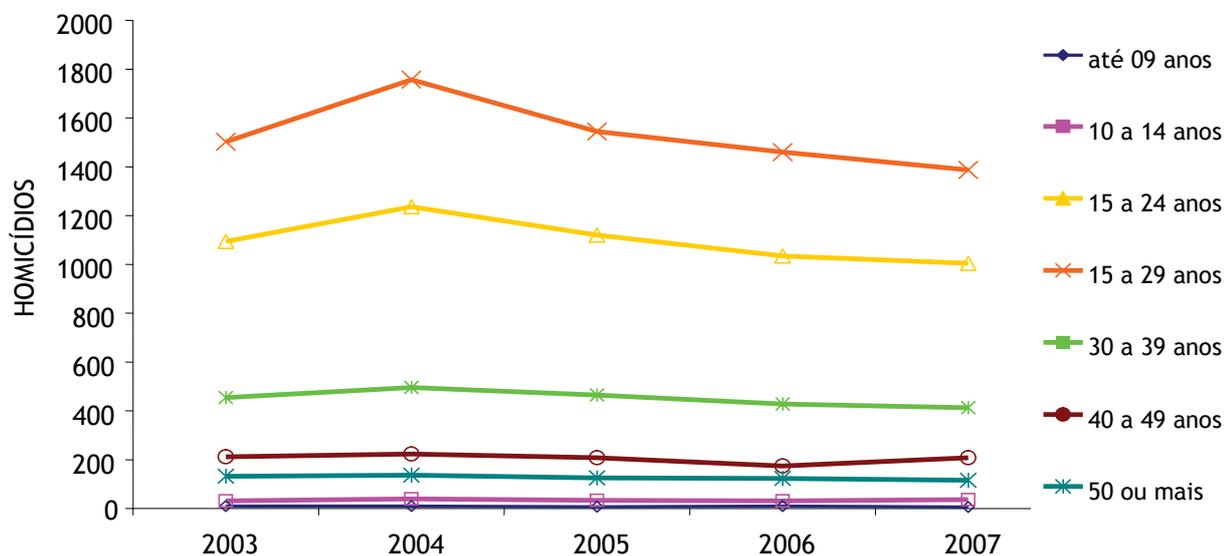
A RMBH representava, em 2007, sob o contingente demográfico estadual, 25,7% da população total, e concentrava 52,6% do total de homicídios ocorridos no estado e registrados pelo SIM/MS. Assim, apesar de possuir aproximadamente ¼ da população mineira, a RMBH deteve, em 2007, mais da metade dos crimes letais. Essa tendência é também verificada para a população jovem. Se, no mesmo ano, a RMBH possuía 25% dos jovens com idade entre 15 e 24 anos, e 26,0% dos jovens com idade entre 15 e 29 anos, a participação percentual dessas duas faixas etárias, nos casos de homicídios ocorridos no estado, foram de 62,5% e 59,2%, respectivamente (IBGE, 2010; BRASIL, 2008). Esses dados da RMBH corroboram o que falávamos antes sobre o Brasil, a concentração dos homicídios nas regiões metropolitanas e entre os jovens.

O gráfico 2 mostra, em números absolutos, a frequência dos crimes letais ocorridos na RMBH, entre o período de 2003 até 2007, por grupos etários. A apresentação de duas faixas de jovens – 15 a 24 anos e 15 a 29 anos – deve-se ao fato de a literatura sobre juventude contemplar ora uma faixa, ora outra⁹.

Como se pode observar, as linhas relativas aos grupos etários de 15 a 24 anos e de 15 a 29 anos,

⁹ Devido às diversas variações sócio-culturais existentes entre as Nações para a definição etária da juventude, adota-se a faixa de 15 a 24 anos, definida pela Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde - OPS/OMS para comparações internacionais. No Brasil, a Política Nacional de Juventude, (MP. 238; 1º de fevereiro de 2005) utiliza a faixa de 15 a 29 anos para delimitação etária da juventude.

Gráfico 2 - Homicídios (nº absolutos) por grupos etários - RMBH -2003 a 2007



Fontes: BRASIL/MS, 2008.

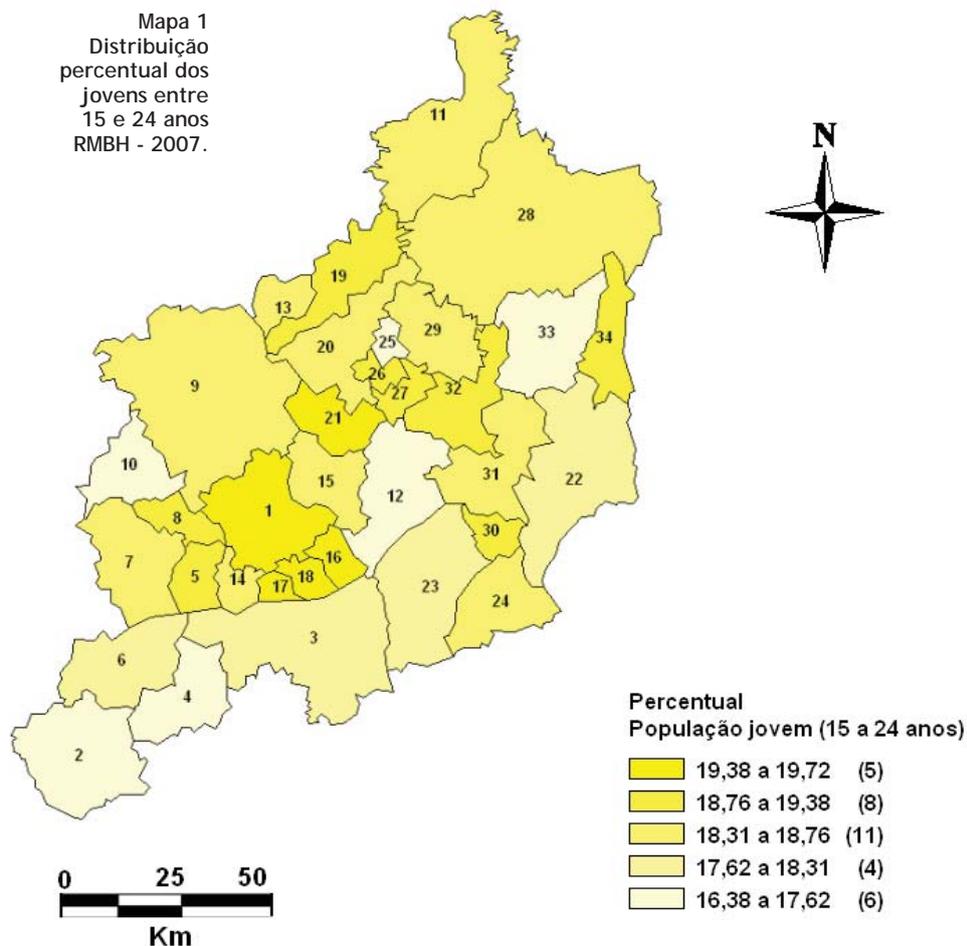
Elaboração: Observatório das Metrôpoles/ INCT-CNPq.

correspondentes aos recortes etários de juventude, mantiveram-se mais elevadas em relação às demais durante todo o período de tempo considerado. A queda de números de casos observada a partir de 2004 não diminuiu a gravidade do problema, pois o envolvimento dos jovens metropolitanos nessa modalidade de crime manteve-se bastante alto até 2007. A distância entre as linhas correspondentes às faixas de 10 a 14 anos e de 15 a 24 anos demonstra uma drástica mudança comportamental, relacionada à transição entre adolescência e juventude, comentada anteriormente. Contudo, a constatação verificada pelo gráfico gera indagações sobre os motivos pelos quais a resolução de conflitos sociais e interpessoais entre os jovens, ou envolvendo jovens, tem resultado em tanta letalidade quando comparada às demais faixas etárias.

No que diz respeito aos municípios da RMBH, destaca-se a distribuição desigual dos casos de homicídios, sendo que tal distribuição não está relacionada à proporção de jovens residentes em cada município em 2007, como mostra o Mapa 1¹⁰:

O perfil demográfico de cada um dos 34 municípios metropolitanos, visto por meio do Mapa 1, referente à população jovem com idade entre 15 a 24 anos para o ano de 2007, apresenta uma distribuição proporcional desse grupo etário em relação à população total residente, quase homogênea, variando entre 16,38% e 19,72%. Dentre os municípios com concentração proporcional de jovens nessa faixa etária estão Mario Campos (19,7%), Betim (19,6%), Sarzedo (19,6%), Ibirité (19,4%), e Ribeirão das Neves (19,4%) (IBGE, 2010). Essa situação

¹⁰ 1- Betim; 2- Itaguara; 3- Brumadinho; 4- Rio Manso; 5- Igarapé; 6- Itatiaiuçu; 7- Mateus Leme; 8- Juatuba; 9- Esmeraldas; 10- Florestal; 11- Baldim; 12- Belo Horizonte; 13- Capim Branco; 14- São Joaquim de Bicas; 15- Contagem; 16- Ibirité; 17- Mário Campos; 18- Sarzedo; 19- Matozinhos; 20- Pedro Leopoldo; 21- Ribeirão das Neves; 22- Caeté; 23- Nova Lima; 24- Rio Acima; 25- Confins; 26- São José da Lapa; 27- Vespasiano; 28- Jaboticatubas; 29- Lagoa Santa; 30- Raposos; 31- Sabará; 32- Santa Luzia; 33- Taquaraçu de Minas; 34- Nova União.



Fontes: BRASIL/MS, 2008.

Elaboração: Observatório das Metrôpoles/ INCT-CNPq.

evidencia que, enquanto as taxas de homicídios variam muito entre os municípios, como mostraremos adiante, a proporção demográfica juvenil variou pouco.

A análise metropolitana do homicídio juvenil deve considerar a forma como os municípios metropolitanos relacionam-se entre si e, principalmente, com o município pólo; Belo Horizonte. Em estudo anterior, Diniz e Andrade (2008) relacionaram a incidência de crimes violentos com o grau de integração dos municípios à dinâmica metropolitana. Esse indicador foi elaborado em um estudo do Observatório das Metrôpoles (2004) que hierarquizou todos os municípios metropolitanos brasileiros segundo sua integração à dinâmica metropolitana. Como resultado, obteve-se seis graus hierárquicos. Excetuando-se o município pólo, esses graus vão de muito alta a muito baixa integração. A partir da integração baixa (inclusive), os municípios não deveriam, segundo esse estudo, ser considerados como metro-

politanos¹¹.

A tabela 3 permite a comparação entre as taxas de homicídios juvenis e da população municipal total, agregadas pelo grau de integração dos municípios, a partir dos casos registrados pelo SIM/MS em 2007.

Ao observar a Tabela 3, percebemos para todos os grupos etários considerados uma relação diretamente proporcional entre homicídio e grau de integração, pois a taxa relativa aos casos de homicídios cai à medida que o grau de integração diminui. Outro aspecto relevante são as taxas referentes ao grupo etário com idade entre 15 e 24 anos, superando as demais em todos os graus de integração, sendo respectivamente

¹¹ Os indicadores utilizados foram: densidade demográfica, taxa média de crescimento populacional 1991-2000, contingente e proporção de pessoas que realizam movimento pendular, proporção de empregos agrícolas e não agrícolas e presença de funções específicas à circulação de pessoas e mercadorias, como localização de portos e aeroportos e capacidade de geração de renda pela economia local (OBSERVATÓRIO, 2004).

Tabela 3 - Taxas de homicídios juvenis - 15 a 24 anos e 15 a 29 anos - e da população total residente por grau de integração metropolitana dos municípios RMBH 2007.

Grau de Integração	Municípios	Taxa Popul. Total	Taxa 15 a 24	Taxa 15 a 29
Pólo	Belo Horizonte	43	124	104
Muito Alta	Betim, Contagem, Ibirité, Ribeirão das Neves, Vespasiano, Santa Luzia	49	114	106
Alta	Confins, Sarzedo, São José da Lapa, Esmeraldas, Mário Campos, Sabará	33	81	74
Média	Caeté, Capim Branco, Igarapé, Juatuba, Matozinhos, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Lagoa Santa, São Joaquim de Bicas	26	49	56
Baixa	Rio Acima, Mateus Lema, Itatiaiuçu, Itaguara, Brumadinho	12	30	12
Muito Baixa	Baldim, Florestal, Jaboticatubas, Nova União, Rio Manso, Taquaraçu de Minas	9	13	9

Fontes: BRASIL/MS, 2008.
Elaboração: Observatório das Metrópoles/ INCT-CNPq.

“muito baixa”, “baixa”, “média”, “alta” e “muito alta”, de 13, 30, 49, 81 e 114.

Chama a atenção no município pólo que a taxa para a população total e para os jovens do grupo etário de 15 a 29 anos - 43 e 104 respectivamente - sejam menores que a taxa dos mesmos grupos etários do conjunto de municípios com grau de integração “muito alta” - 49 e 106, respectivamente. A crescente participação de outros municípios, além do pólo, no inchaço das taxas de homicídios totais e juvenis da RMBH, como Betim, Vespasiano, Ibirité, Esmeraldas, Contagem e Ribeirão das Neves, reflete sobre o deslocamento dos homicídios do pólo para os municípios com graus de integração “muito alta” e “alta”, em especial aqueles geograficamente mais próximos do pólo.

O panorama mostrado indica um padrão de distribuição dos homicídios no território brasileiro e a expressiva vitimização juvenil. A dimensão metropolitana do fenômeno indica um caminho relevante para sua compreensão, no sentido de pôr em pauta essa problemática territorial que interfere abruptamente sobre a dinâmica da vida social de alguns de seus municípios membros, sem com isso esgotar as possibilidades de análise e ocorrência.

Assim, o presente artigo buscou, de forma panorâmica, chamar atenção para o problema da violência letal com foco na participação da juventude e na sua dimensão metropolitana. Como mencionado, permanece ainda uma incógnita e, portanto, um objeto de futuras investigações, os motivos de tamanha letalidade na resolução dos conflitos entre os jovens. Por isso mesmo, este artigo tem clareza dos seus limites, seja pela natureza dos dados – registros de óbitos decorrentes de agressões – seja pela breve exploração das

relações do contexto metropolitano com a violência interpessoal. O maior fluxo de pessoas e de mercadorias nas metrópoles já foi apontado pela literatura como propício aos crimes contra o patrimônio. Ou seja, a anonimato juntamente com a concentração de riquezas, criaria um ambiente favorável ao cometimento desse tipo de crime¹².

Em estudo anterior, mostramos a maior concentração dos crimes contra o patrimônio na capital Belo Horizonte e na industrial cidade de Contagem, ou seja, dois municípios que concentram riquezas. Já em relação aos crimes contra a pessoa, não se observa a mesma concentração. Os crimes contra a pessoa apresentam outra distribuição espacial, menos concentrada, uma vez que há um conjunto maior de municípios com altas taxas de crimes nessa modalidade.

As investigações de Machado da Silva (2008a) em torno do conceito de “sociabilidade violenta” é uma tentativa de compreender um tipo de resolução de conflito que em muitos casos conduz ao extermínio do outro. Aqueles que se valem da sociabilidade violenta se impõem sobre o outro por meio do uso da

¹² A não ser por pesquisas de vitimização, poderíamos saber se a população de mais baixa renda, como a que vive nos municípios dormitórios metropolitanos, seria tão vítima de crimes contra o patrimônio, quanto a população de mais alta renda e, portanto, residente nos municípios mais ricos. É sabido que a composição das estatísticas de crimes contra o patrimônio é sensível a diversos fatores, tais como: valor dos objetos roubados ou furtados, expectativa de recuperação via seguros ou da própria ação policial e confiança nas instituições como a polícia e no próprio ambiente onde o crime ocorreu. Em regiões dominadas por criminosos prevalece a lei do silêncio e qualquer denúncia que envolva a polícia pode ser objeto de represálias. Sobre essa última situação ver Machado da Silva e Leite (2008).

força física, o que faz com que a força não seja apenas um meio para a obtenção de interesses, mas princípio da ação. É justamente isso que faz da sociabilidade violenta uma forma de poder e, portanto, uma ordem social. Ainda que restrita a um grupo específico - os criminosos -, ela, ao se configurar como uma ordem social, acaba por atingir um grupo muito mais amplo, como o daqueles que são obrigados a partilharem seu lugar de moradia na mesma vizinhança que os criminosos. Nessa ordem, haveria pouco espaço para os princípios éticos ou morais uma vez que o outro, com o qual o conflito poderia em princípio ser negociado, é objetificado. Mas entre esses dois pólos - os criminosos que impõem a sua ordem e os que a ela são obrigados a se submeterem - há, nas palavras do próprio Machado da Silva,

“uma imensa nebulosa de situações intermediárias que devem ser consideradas, mas segundo creio, ainda não são bem compreendidas. Elas ligam-se, de um lado, ao fato de que é preciso ‘aprender a ser agente’: não se nasce ‘portador’ da sociabilidade violenta (...)” (2008b, pp. 42-3).

Se as estatísticas aqui apresentadas são claras ao mostrar a letalidade dos conflitos, elas nos dizem pouco sobre quem são esses jovens, suas formas de sociabilidade e, menos ainda, sobre o que os levou a essas situações de conflito com pouca ou nenhuma condição de negociação.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Luciana Teixeira de (Org.). *Como anda Belo Horizonte*. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital / Observatório das Metrôpoles, 2009.
- BEATO Cláudio F. et al. Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999. *Cad. Saúde Pública*, vol.17, nº.5. Rio de Janeiro, Sept. / Oct. 2001.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*, 1990. Belo Horizonte: ISJB / CESAP, 1999.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde – SIM/MS*. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br>. Acesso em: 20 fev. 2008.
- CANO, Ignácio; SANTOS, Nilton. *Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.
- CASTRO, Mônica Silva M., ASSUNÇÃO, Renato M. e DURANTE, Marcelo Ottoni (2002). Comparação de dados sobre homicídios entre dois sistemas de informação, Minas Gerais. *Cad. Saúde Pública*, 2003; 37 (2): p. 168-76.
- DINIZ, Alexandre M. A; ANDRADE, Luciana Teixeira de. Metropolização e Crimes Violentos na RMBH e em seu Colar. In: ANDRADE, L. Teixeira de; MENDONÇA, Jupira Gomes de; FARIA, Carlos Aurélio P. (Org.). *Metrópole: território, sociedade e política*. O caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte: PUC Minas, 2008, pp.181-212.
- GUATTARI, Felix. Espaço e Poder: a criação de territórios na cidade. *Espaço e Debates*. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, ano V, p. 109-120, 1985.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 12 abr. 2010.
- MACHADO da SILVA, Luiz. (Org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008a.
- MACHADO da SILVA, Luiz. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: MACHADO da SILVA, Luiz. (Org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008b.
- MACHADO da SILVA, Luiz. A. e LEITE, Márcia P. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? In: MACHADO da SILVA, Luiz. (Org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.
- NASCIMENTO, Luís Felipe Zilli. *Violência e criminalidade em vilas e favelas dos grandes centros urbanos: um estudo de caso da Pedreira Prado Lopes*. 2004. 233f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil: identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias*. 2004. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/produtos/produto_mc_1.pdf. Acesso em: 05 mar. 2010.
- PERES, M. F. Tourinho (Coord). Violência por armas de fogo no Brasil. *Relatório Nacional*. Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. 2005.
- SOARES, Gláucio Ary. D. *Não matarás: desenvolvimento, desigualdade e homicídios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.
- WASELFISZ, Julio Jacobo, 2010. *MAPA DA VIOLÊNCIA 2010*. Instituto Sangari. São Paulo. Dis-

Thiago Oliveira Lima Matioli

Sobre como ouvir a cidade

um guia

Resumo

O presente trabalho busca apresentar os sons da cidade como um meio através do qual podemos entender o que se passa no meio urbano. Quando ouvimos alguma coisa, não recebemos apenas um dado sensorial neutro que remete a uma realidade concreta e acabada. Eles são interpretados de modo a conferir um significado aos fatos que originam os sons que ouvimos. Por outro lado, esses sons são acontecimentos urbanos, pois atualizam as estruturas e regras que estão por trás da vida na cidade. Em suma, quando ouvimos, tratamos de dar sentido a algo a partir da nossa visão de mundo, ao mesmo tempo em que buscamos indicadores sobre como agir perante dadas situações. Dessa forma, aqui se propõe um guia urbano que ajude a entender o que se passa na cidade através de seus signos sonoros.

Palavras-chave: Cidade; sons, guia; acontecimento urbano; silêncio.

Abstract

This paper is an effort to show the sounds of the city as a way to understand the things that pass at the urban environment. When we listen to something, we do not just receive a neutral data from a concrete reality. The sounds that we listen are interpreted as a manner to give a meaning to the facts that raise them. By other side, these sounds are urban happening, because they actualize the structures and rules behind the city life. In short, when we listen, we give meaning to something from our own point of view, at the same time we try to get any indicator about what to do before given situations. Then, here an urban guide is proposed, to help to understanding what passes at the city through their sound signal.

Palavras-chave: City; sounds; guide; urban happening; silence.

Este texto é uma versão adaptada do trabalho final apresentado por mim na disciplina Cidade e Cultura I, ministrada pelo professor Robert Pechman no curso de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional do IPPUR/UFRJ. A proposta inicial do trabalho era a elaboração de um guia urbano, algo que ajudasse a entender a cidade e reforçasse os laços de comunhão dos leitores com ela, seguindo o espírito de textos como “A arte de andar nas ruas do Rio de Janeiro”, de Rubem Fonseca e “cidades invisíveis”, de Ítalo Calvino. Neste contexto apresentei um trabalho propondo um guia sonoro, em que os sons da cidade fossem os elementos que apresentariam o meio urbano para o leitor.

Thiago Oliveira Lima Matioli

é Cientista Social pelo IFCS/UFRJ, especialista em Política e Planejamento Urbano e mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ.

matioliithi@hotmail.com

O presente trabalho busca apresentar os sons da cidade como um meio através do qual podemos entender o que se passa no meio urbano. Quando ouvimos alguma coisa, não recebemos apenas um dado sensorial neutro que remete a uma realidade concreta e acabada. Eles são interpretados. E estas interpretações mobilizam o conjunto de experiência e valores que orientam a vida dos indivíduos, para dar significado aos fatos que originam os sons que ouvimos. Por outro lado, esses sons são acontecimentos urbanos, pois atualizam as estruturas e regras que estão por trás da vida na cidade, isto é, cada ruído pode indicar possibilidades diversas sobre coisas que podem estar ocorrendo na cidade e que darão parâmetros para nossas ações. Em suma, quando ouvimos, tratamos de dar sentido a algo a partir da nossa visão de mundo, ao mesmo tempo em que buscamos indicadores sobre como agir perante dadas situações.

Para tantos, a proposta é a de um guia. Um guia sonoro para se andar nas ruas das cidades.

COMO ANDAR NAS CIDADES INVISÍVEIS

Na busca por formas de entender a cidade, antes de qualquer ciência humana, há elementos na literatura que podem ajudar na construção da percepção urbana e do que é a cidade de maneira satisfatória. Assim, este trabalho tem como bases dois textos literários.

O primeiro é o livro de Ítalo Calvino, “As Cidades Invisíveis” (1990). Nele, Marco Polo, um jovem veneziano, junto com outros viajantes, tem a função de descrever ao imperador dos Tártaros, Kublai Kahn, as inúmeras cidades de seu vasto império. Mas, enquanto os outros viajantes trazem ao imperador dados geográficos, cartográficos e números de arrecadação, Polo resgata imagens da cidade que não se esgotam na concretude dos mapas e números. As cidades que Polo encontrava deixavam um vazio não preenchido pela materialidade dos dados. “As descrições das cidades visitadas por Marco Polo tinham esse dom: era possível percorrê-las com o pensamento, era possível ser perder, parar para tomar ar fresco ou ir embora rapidamente” (CALVINO, *id.*, p. 41).

No fundo, as cidades visitadas pelo jovem veneziano trazem, todas, em maior ou menor grau, algo em comum; trazem uma única cidade, sempre “feita só de exceções, impedimentos, contradições, incongruências, contra-sensos” (*id.*, p. 67), mas também de desejo, símbolos, histórias, trocas, recordações, prazer, morte e sonhos. Cada uma das cidades que visita (Zirma, Eufêmia, Zoé, Zobeide, Sofrônia...) tem esses elementos circulando em suas ruas, virando as esquinas, pichados nos muros, sob as marquises ou

nas mentes e corpos de seus habitantes.

Esse modelo único, marcado por esses múltiplos elementos, complexo e total, é a cidade sobre a qual o guia versará. Uma cidade plural, característica imprescindível para a constituição de um espaço público (ORTEGA, 2000). É essa cidade-espaço público conjugada com sua materialidade que se toma por objeto.

O segundo texto é o conto de Rubem Fonseca, “A arte de andar nas ruas do Rio de Janeiro”. Conta-se aqui a história de um homem, Epifânio, servidor público, que ao ganhar um prêmio na loteria, adota o nome de Augusto e pede demissão da companhia de Águas e Esgotos para se dedicar a escrever um livro cujo nome seria o título do conto. A transformação a que se propôs Epifânio/Augusto não seria completa se não houvesse a mudança de nome. Essa renomeação marca o (re)nascimento de um novo indivíduo, que se propõe a agir. Nesse sentido, a adoção de um novo nome expressa

A noção arendtiana de natalidade, isto é, o nascimento, que constitui o pressuposto ontológico da existência do agir, só é realizável se sairmos da esfera da segurança e confrontarmos o novo, o aberto, o contingente, se aceitarmos o encontro e o convívio com novos indivíduos, o desafio do outro, do estranho e desconhecido, sem medo nem desconfiança, como uma forma de sacudir formas fixas de sociabilidade, de viver no presente e de redescrever nossa subjetividade, de recriar o amor mundi e reinventar a amizade. (ORTEGA, 2000, p. 32).

É justamente esse o espírito que conduzirá Augusto a escrever seu livro. A arte de que fala em seu livro é a arte de viver a cidade, se deixar penetrar pela alma urbana e se levar pelo movimento centrípeto da cidade de fazer convergir dentro de si os indivíduos, uns para os outros, gerando encontros e convívio. A base desta arte é o amor mundi, que é o amor que marca a cidade e também é o amor pela cidade. Ele enxerga no prêmio que ganha na loteria uma chance de agir (ele não só começa a escrever um livro, como se propõe a ensinar prostitutas a ler), mostrando sua identidade e adentrando o espaço público.

E mais,

Não é o caso, absolutamente, de escrever um guia turístico, nem um manual de urbanismo, mas sim produzir uma narrativa amorosa na qual o personagem quer restabelecer para o leitor a possibilidade de comunhão com a cidade (PECHMAN e KUSTER, 2008, p. 615).

Aqui também não se quer um guia turístico nem um manual urbanístico, mas a possibilidade de comunhão com a cidade, principalmente com seus símbolos e signos e, dentre esses, os símbolos e signos sonoros. Vai-se apresentar os sons (ou barulhos) da cidade e sugerir como eles contribuem para se viver

na cidade, dar sentido aos nossos trajetos cotidianos e compor nossa memória com experiências, de forma que a cidade ganhe vida a partir do compartilhamento dessas memórias entre seus habitantes, ou, nas palavras de Calvino: “A cidade é redundante: repete-se para fixar alguma imagem na mente (...) A memória é redundante: repete símbolos para que a cidade comece a existir” (*Ibid*, p. 23).

OUVIR

A audição, nas ciências sociais, tem um papel fundamental para a realização das pesquisas. Roberto Cardoso de Oliveira diz que o olhar, o ouvir e o escrever são três etapas da apreensão dos fenômenos sociais. Falando especificamente do ouvir, ele ressalta a importância da entrevista, por meio da qual, sempre se pode obter informações inalcançáveis por via da estrita observação; ela é um ouvir todo especial, pois, para que ela seja aproveitada desta forma, há de se saber ouvir, pois é “num contexto essencialmente problemático que tem lugar nosso ouvir” (OLIVEIRA, 1996, p. 20).

Ainda segundo Oliveira, o olhar e o ouvir são “duas muletas”, dois atos interdependentes para o pesquisador. Outra coisa em comum entre eles é que ambos são influenciados pela teoria social. O etnólogo é treinado para eliminar os ruídos que não se enquadrem na teoria ou paradigma que o orienta. “As disciplinas e seus paradigmas são condicionantes, tanto do nosso olhar, como de nosso ouvir” (*id*, p. 19).

Mas não só o ouvir ou o olhar científico estão condicionados por algo que lhes é externo. Segundo o antropólogo Franz Boas (citado em SAHLINS, 2003, p. 70) “o olho que vê é o olho da tradição”. A forma como enxergamos as coisas é condicionada pelo mundo social em que vivemos, de modo que nossa visão, seu alcance e os elementos que nos saltam aos olhos em um cenário, é diretamente determinada pela forma como somos socializados.

No sujeito humano, a percepção (*perception*) é reconhecimento (*apperception*), que depende, pode-se dizer, da tradição mental (...). Para qualquer grupo humano, a tradição em questão é um conjunto de significados acumulados, teoria coletiva e histórica que faz da sua percepção uma concepção. (SAHLINS, *id*, p. 71).

Da mesma forma, nossos ouvidos são condicionados pela tradição a que nos vinculamos. O nosso ouvir cotidiano está imerso nos sistemas culturais que nos orientam e definem. Sistema cultural é aqui entendido como uma teia de significados, que recebem

os sons que chegam aos nossos ouvidos processando-os e (re)significando-os, de forma que ganhem algum sentido para cada um de nós, mas também buscando eliminar os ruídos que não se enquadrem nas nossas crenças ou tradições e aqui, o que é característico da cidade como um sistema cultural particular. Em seu interior, a possibilidade de existência dos ruídos é muito viva e eles não tem, necessariamente, que ser suprimidos, mas podem se somar e tornar a cidade uma grande teia comunicativa, por meio da qual ela se sustenta.

Sahlins, discorrendo sobre Boas, diz que ele “afirmou a formação de uma cultura como um processo de tornar a experiência significativa...” (*id*, p. 75). Essa idéia está por trás do guia desenvolvido aqui, pois a idéia é captar os sons da cidade como elementos que tornam a experiência urbana.

Assim, os sons da cidade serão entendidos aqui como acontecimentos urbanos, tal como este foi definido em sala de aula. Ou seja, o acontecimento como um momento em que a estrutura simbólica da cidade se reatualiza. Os elementos que estão em sua base e ficam a maior parte do tempo submersos, inconscientemente, emergem e nos fazem refletir sobre nossa condição: e ele é urbano, pois vai trazer em si a densidade do urbano, isto é, as tensões que marcam e definem a cidade como uma esfera pública e, em consequência, ao nível do indivíduo, a ansiedade da ação ou a surpresa de se ver no meio de uma arena simbólica em que pode encontrar elementos que até então não vislumbrava, ao menos conscientemente.

Voltando ao ouvir nas ciências sociais, Hikiji (2000) alerta para o seguinte fato: “as ciências sociais são fortemente vinculadas à tradição da visualidade” (HIKIJ, *id*, p. 273). Em seu texto, ela vai buscar levar os esforços da antropologia para a audição, de forma mais específica para a música. A música vai aparecer no guia, mas não é, essencialmente, seu objeto. Ela será entendida como uma expressão do que se passa na cidade, como uma interpretação mais geral e possível dos acontecimentos urbanos.

O texto de Hikiji traz uma citação muito interessante de um feiticeiro Songhay, extraída de um texto de Paul Stoller, em que aquele diz para esse (o nativo fala para o antropólogo): “Você olha, mas você não vê. Você toca, mas você não sente. Você ouve, mas você não escuta. Sem ver ou tocar (...) pode-se aprender muito. Mas você deve aprender a escutar, ou você aprenderá muito pouco sobre nossos costumes” (*id*, p. 273). O mesmo parece se aplicar, em alguma medida, à cidade.

E, pelo fato de, como vimos acima, a audição trazer a tona o conjunto de experiências vividas pelos indivíduos, mobilizando-os para o melhor entendi-

mento do que se passa ao redor, e pela sugestão de Hikiji, da predominância da visualidade na antropologia, e, porque não, também na nossa vida cotidiana, esse trabalho se encaminha para ser um guia sonoro.

A ANTROPOLOGIA DO RUÍDO APLICADA À CIDADE

“Existe uma ecologia do som que remete a uma antropologia do ruído, e que vou tentar percorrer falando dos mundos modal, tonal e pós-tonal” (WISNIK, 1999, p. 29). A antropologia do ruído é apresentada por Wisnik em seu projeto de escrever “uma outra história das músicas”. Para Wisnik, “a música constituiu-se no ‘jogo entre som e ruído’. Por isso propõe uma ‘antropologia do ruído’” (*Ibid*, 267).

A preocupação de Wisnik, tal como a de Hikiji, é com a música, mas sua antropologia do ruído será bem útil no presente trabalho. Ela junta dois conceitos de ruído: o ruído sonoro e o da teoria da informação, derivado da idéia de ruído como interferência na comunicação. “O ruído é aquele som que desorganiza outro, sinal que bloqueia o canal, ou desmancha a mensagem, ou desloca o código” (*idib*, p. 29). Ele chama de Desordenação interferente, o ruído quando se complexifica na arte, uma vez que ele pode ser um elemento virtualmente criativo, criando uma nova linguagem.

Nesse ponto, os ruídos urbanos se complexificam da mesma forma que acontece na arte, pois ao chamar a cidade às consciências individuais, cria novos sentidos para o urbano e, por que não, de tempos em tempos um ruído mais recorrente cria uma nova linguagem na e da cidade. A presença de ruídos na cidade também é desorganizadora, mas ao mesmo tempo, ele tem um aspecto organizador, pois da mesma forma em que ele desorganiza e quebra uma rotina, ele, como uma pequena crise, abre uma arena simbólica em que muitos elementos do sistema cultural que é a cidade vem a tona levando o indivíduo a interpretar esse som e dar sentido a ele.

Os sons da cidade trazem muitos elementos da coletividade à superfície, mas as formas como esses elementos serão conectados são tão numerosas como os indivíduos que farão isso. Dito de outra forma, a desorganização não existe por si só, só pode haver desorganização como necessidade para uma nova organização; ou então, a desorganização não pode durar muito tempo sem que seja superada e reorganizada.

E mais, os mesmos barulhos em um lugar ou momento diferente não dirão necessariamente a mesma coisa, pois serão significados por pessoas diferentes, que podem ou não interpretá-lo da mesma forma.

O ruído também é pulsão, a cidade mostra seu vigor por meio dos ruídos. Determinados sons, não só as músicas, mostram que a cidade está viva. “O som tem a ambivalência de produzir ordem e desordem, vida e morte (o ruído é destruidor, invasivo, terrível, ameaçador e dele se extraem as harmonias balsâmicas, exaltantes, extáticas)” (*id*, p. 31).

“O mundo é barulho e é silêncio” (*id*, p. 32). E a cidade também, ela é barulho literalmente, com sirenes, tiros, buzinas, a multidão, os protestos e os gritos de gol e de palavras de ordem; mas também é silêncio, silêncio político, a perda da característica da cidade de esfera pública, são os enclaves fortificados e a negação da cidade, é a centralidade no consumo e não na sociabilidade, são as desigualdades, é a despolitização / feitichização do urbano. Perdem-se de vista as relações de produção e a produção de relações que estão por trás do seu surgimento e reprodução. O guia sonoro que é proposto aqui tem também esses dois sentidos: o de mostrar, por um lado, a pulsão da cidade por meio do barulho e as leituras que se pode fazer dele e, por outro, mostrar a agonia de morte da cidade no silêncio, como a não-ação ou ação negativa e restritiva ao espaço público.

Essas características do silêncio também se manifestam na tentativa de eliminação de ruídos, tratado acima. Se a cidade apresenta a possibilidade de não ser necessário eliminar ruídos, enquanto cidade capitalista a não eliminação de ruídos não passará de uma virtualidade. Segundo Wisnik, a música erudita que tocava nos teatros burgueses buscava eliminar ruídos, era necessário silêncio para que se aproveitasse satisfatoriamente a música. O barulho não tinha espaço, nem no lugar e nem na música.

A entrada (franca) do ruído nesse concerto criaria um contínuo entre a cena sonora e o mundo externo, que ameaçaria e faria periclitar o cosmo socialmente localizado em que ela se pratica (o mundo burguês), onde se encena, através do movimento recorrente de tensão e repouso, articulado pelas cadências tonais, a admissão de conflito com a condição de ser harmonicamente resolvido (WISNIK, *id*, p. 39).

Esse é um belo indício (do início), ou metáfora, para a visualização do enfraquecimento da cidade enquanto esfera pública.

Continuando sua antropologia do ruído e outra história das músicas, Wisnik aponta que, em contraposição a essa música sem ruídos, o século XX vai presenciar uma invasão dos ruídos, em dois níveis: “na própria textura interna à linguagem musical, e a eclosão espetacular de ruídos externos, como índices do hábitat urbano-industrial, a metrópole chocante”. (*Id*, p. 39).

Esse segundo nível da invasão dos ruídos fornece os elementos de um guia sonoro para a cidade. O barulho agora é sinal de um novo modo de viver em sociedade. “A vida urbano-industrial, da qual as metrópoles são centros irradiadores, é marcada pela estridência e pelo choque. As máquinas fazem barulho quando não são diretamente máquinas de fazer barulho (repetidoras e amplificadoras de som)” (*id.*, p. 42). Desta forma, vemos uma nova forma de vida da cidade, onde de alguma maneira, ela reage à necessidade burguesa de eliminar ruídos, de buscar a ordem, mostra estar viva e pulsa ainda. Talvez não com muita força para fazer aparecer sua alma urbana plural, mas certamente ela se debate frente a essa necessidade hegemônica de ordem. É preciso entender essa nova forma de vida urbana.

Quem se dispuser a escutar o som real do mundo, hoje, e toda a série de ruídos em série que há nele, vai ouvir uma polifonia de simultaneidade que está perto do ininteligível e insuportável. Não só pela quantidade de coisas que soam, pelo índice entrópico que parece acompanhar cada som com uma partícula de tédio, como por não se saber mais qual é o registro da escuta, a relação produtiva que a escuta estabelece com a música. (*id.*, p. 48).

Essa passagem contribui para a construção de uma pedagogia urbana auditiva, em que se supere esse tédio, ou esse ar blasé. Ela é necessária, pois como diz Wisnik “A escuta indiscriminada de qualquer coisa também é não escuta” (*id.*, p. 49), leva a uma regressão da audição (noção extraída de Adorno por Wisnik) - a sua função básica fisiológica - esvaziando seu potencial integrativo e de criação de sentidos para a cidade. É preciso então saber como escutar a cidade.

OS SONS DA CIDADE

Feita a apresentação do guia sonoro, que seja visto agora seu conteúdo, os sons que ele pretende apresentar e as possibilidades de se realizar uma pedagogia urbana auditiva em que se possa visualizar as possibilidades de apreensão da cidade através de suas manifestações sonoras.

São barulhos que podemos encontrar na cidade:

Sirenes

Indicam pequenas crises. Quando elas são ouvidas, os motoristas têm de dar passagem, as viaturas oficiais estão em alguma missão, requerem preferência no espaço. A normalidade foi quebrada. Alguém está morrendo dentro da ambulância ou no destino do carro de bombeiro, alguém vai morrer no local para

onde se direciona a polícia. Ou então, há quem esteja se aproveitando de sua autoridade para ganhar espaço nas ruas.

Obras

O Estado está presente. Mas neste caso, a festa deste barulho pode indicar a ausência, ainda que necessária, engendrando a exceção (OLIVEIRA, 2003), do Estado. A britadeira, a betoneira e sua barulheira podem indicar uma atuação comprometida do Estado com a cidade, mas pode indicar a ação seletiva, consequentemente danosa à cidade. Pode estar atendendo só à classe dominante, enquanto áreas sem infraestrutura continuam num silêncio, que está longe de indicar paz e harmonia. Pode ser a máquina pública agindo como agente da reprodução e consolidação do clientelismo.

Aviões e helicópteros

Neste caso, a cidade não é mais apenas chão. A cidade se expande horizontalmente, mas também verticalmente, não só nos edifícios. A cidade enquanto palco da vida cotidiana se expande até o céu, ainda que isso não indique a continuidade entre a Cidade dos homens e a Cidade de Deus de qual fala Santo Agostinho. Helicópteros podem indicar que alguém com muito dinheiro está com muita pressa ou que alguém com muito dinheiro não quer enfrentar engarrafamentos: ele pode tirar essa onda. Mas helicópteros também podem indicar crises, quando é o Águia 1 da Polícia Civil, por exemplo. Um tiroteio está ocorrendo, um policial pode estar precisando ser resgatado ou um traficante pode estar fugindo esperando para ser executado. Ele indica a gravidade de uma situação de confronto armado na cidade.

Tiros

Indicam muito menos problemas do que parecem indicar. O que se diz dos tiros ressoa muito mais do que os próprios tiros. Os tiros indicam violência, necessidade da ação do Estado, a curto e longo prazo. Mas, o medo de que se possa ouvir um tiro altera mais o comportamento na cidade que o próprio tiro, e os meios de comunicação em massa aumentam enormemente esse medo. O tiro na cidade tem vários vieses, o medo do estampido do revólver que é uma ameaça à propriedade privada, consequência de um processo de metropolização, que traz em contrapartida às benesses do crescimento econômico um aumento de oportunidade para a realização de roubos e furtos (BEATO, 1998); medo de quem convive dioturna-

mente com incursões policiais em suas áreas ou com o terror imposto por traficantes e milicianos; entre outros.

Buzina

Podem indicar que alguém está com pressa. Mas pode ser um meio de algum motorista reclamar porque alguém está atrapalhando o tráfego por estar desrespeitando alguma regra do trânsito.

Chuva

Não é um som essencialmente urbano, mas suas gotas molham o solo urbano. Assim, pode ser um barulho tão assustador quanto o do tiro, para quem mora em determinados territórios. O barulho da chuva, enquanto chuva torrencial, pode ser seguido pelo estrondo de um desmoronamento, da encosta sem sustentação geológica ou estatal. A chuva, então, quando ouvida em determinados lugares e momentos, pode ser o prenúncio de uma tragédia.

SILÊNCIO

“O mundo é barulho e é silêncio” (WISNIK, *Ibid*, p. 32). Então, um guia sonoro para dar conta da totalidade da cidade, deve apresentar também o silêncio na cidade. Silêncio não apenas como ausência de ruídos, mas o silêncio como negação da expressão individual por forças que lhe são exteriores. A cidade se realiza como uma teia comunicativa entre seus habitantes, mas para tanto, é preciso que estes queiram ou possam se manifestar, condições que nem sempre são preenchidas.

Enclaves Fortificados

São a expressão construída do silêncio. Segundo Tezera Caldeira (2000), seus habitantes buscam o isolamento e a fuga da pólis. O isolamento é ressignificado e passa a ser valorizado, não é mais uma punição, é um novo estilo de vida que nega a cidade e lhe dá as costas. Fragmentam a cidade, esvaziam-na de plenitude.

Exclusão

Os miseráveis vivem em uma cidade invisível. Estão fora da cidade, mas diferente de quem caía no ostracismo séculos atrás, sua perspectiva de volta é muito pequena, se é que existe possibilidade de inclusão. Eles não têm voz. A cidade capitalista essencialmen-

te contraditória tem no horizonte a possibilidade da mobilização da classe trabalhadora e a supressão do modo de produção capitalista. Mas em uma cidade partida, fragmentada e constantemente espoliada, esse horizonte se restringe (MATIOLLI, 2010; HARVEY, 2007).

Estruturas despóticas

Aqui, busca-se a total eliminação de ruídos e o silêncio político por meio do controle dos sons.

Nas estruturas despóticas, onde o corpo da terra e do som é apropriado pelo poder mandante, o som passa a ser privilégio do centro despótico e as margens e as contestações tendem a ser tornar ruídos, cacófonos sociais a serem expurgados (WISNIK, *Ibid*, p. 31).

Essas estruturas não precisam ser institucionalizadas ou estatais, podem também não se expressar em toda a cidade, mas em parte.

Em sua outra história das músicas, Wisnik (*Ibid*), cita o exemplo de John Cage e sua peça, *Tact 4'33*”, e diz que ela traz a constatação do caráter ruidoso do silêncio.

Um pianista em recital vai atacar a peça, mas fica com as mãos em suspenso sobre o teclado durante quatro minutos e trinta e três segundos; o público começa a se manifestar ruidosamente. Aqui também há um deslizamento da economia sonora do concerto, que sai de sua moldura, como uma máscara que deixa ver um vazio. A música, suspensa pelo intérprete, vira silêncio. O silêncio da platéia vira ruído. O ruído é o som... (p. 46).

O silêncio na cidade também vira ruído, faz da música um ato falho, trazendo à tona o que o inconsciente urbano tenta, a todo custo, esconder atrás dos fetiches. E a música que surge do silêncio traz à tona os ruídos que se quer eliminar. A música, neste caso, traz o “Recalque e retorno do ruído”, tal como o ruído invadiu a música no século XX (WISNIK, *id*).

Isso pode ser visto em letras como “Miséria S/A” do grupo O RAPPÀ:

Senhoras e senhores estamos aqui
Pedindo uma ajuda por necessidade
Pois tenho irmão doente em casa
Qualquer trocadinho é bem recebido
Vou agradecendo antes de mais nada
Aqueles que não puderem contribuir
Deixamos também o nosso muito obrigado
Pela boa vontade e atenção dispensada
Vou agradecendo antes de mais nada

Bom dia passageiros
É o que lhes deseja
A miséria S.A
Que acabou de chegar

Aqui o discurso diário de muitas pessoas, nos vagões dos trens e nos ônibus, que tende a não ser ouvido pelos passageiros, tampouco dar forma a quem o enuncia, ganhou ritmo e melodia, sendo reproduzido pelos fãs do grupo O RAPPÁ. A mensagem que se perde no silêncio das entrelinhas desta fala é retomada nos palcos e nos aparelhos eletrônicos que tocam esta música.

Há também “cálice”, de Chico Buarque:

Pai! Afasta de mim esse cálice
 ...
 Como beber
 Dessa bebida amarga
 Tragar a dor
 Engolir a labuta
 Mesmo calada a boca
 Silêncio na cidade
 Não se escuta
 ...
 Esse silêncio todo
 Me atordoa
 Atordoado
 Eu permaneço atento
 Na arquibancada
 Prá a qualquer momento
 Ver emergir
 O monstro da lagoa...
 ...
 Esse pileque
 Homérico no mundo
 De que adianta
 Ter boa vontade
 Mesmo calado o peito
 Resta a cuca
 Dos bêbados
 Do centro da cidade...

Neste leitura que Chico Buarque faz do momento em que vive, ele descreve os momentos de silenciamento político proporcionados pela ditadura militar que governou o Brasil por mais de duas décadas. O autor aponta as situações do silêncio, mas mostra que o emudecimento forçado não acaba com a vontade e a o desejo de mudança. Se a boca não fala, o peito continua a bater, a querer; e o atordoamento não aliena, mas é estratégico, a inércia não é a derrota, mas a espera pelo melhor momento de agir e, por fim, mesmo se o peito se calar, ainda vão restar os bêbados do centro da cidade. E o que é interessante, para o guia proposto, é que os bêbados são do centro da cidade, o espaço por excelência público, da fala, do diálogo e da negociação. O silêncio, mais uma vez, foi cantado, surge sem querer querendo.

Ou ainda, Mc Marcinho, em “Favela”:

Eu peço a eles, me dê uma trégua
 Pra vivermos felizes em nossas favelas
 Porque aqui no morro também tem jogador
 Artistas famosos, empresário e doutor
 Gente inteligente e mulheres belas
 Você também encontra aqui na favela

Favela...
 Orgulho e lazer, estamos à vontade
 Nós somos...
 Favela...
 Orgulho e lazer, estamos à vontade
 Somos mais você...

Aqui, Marcinho fala de dentro e por trás dos estigmas que marcam as favelas. Lugar de carência, marcado por uma sociabilidade violenta exacerbada (Machado, 2004) e que marca com o estigma do “favelado” aqueles que têm menos recursos materiais e simbólicos pela luta pela sua reprodução em uma cidade “escassa” (CARVALHO, 2000). Desse contexto surge uma voz que canta, em oposição às representações (de consequências práticas cruéis, por vezes) da criminalidade e da feiúra sobre este território e como algo de resistência e de afirmação de identidade, o orgulho de morar na favela e o fato de que este é um lugar onde tem gente importante e bonita.

Essas são músicas que apresentam situações em que o silêncio na cidade vira ruído, ou melhor, música. Sobre a relação entre música e ruído Wisnik (ibid) diz que “O som do mundo é ruído, o mundo se apresenta para nós a todo momento através de frequências irregulares e caóticas com as quais a música trabalha para extrair-lhes uma ordenação” (*id.*, p. 30). E essas canções parecem ser a síntese de várias vozes que gostariam de vir à tona falar sobre o que lhes aflige, falando por música, em uníssono.

CONCLUSÃO

Chega-se ao fim do que se pretendeu chamar de um guia sonoro urbano. Não um guia turístico ou urbanístico, mas que tentou captar a alma urbana por trás, não só da cidade, mas de cada cidadão que nela vive.

É necessário apenas esclarecer que esse guia não pretendeu esgotar os sons urbanos a serem apreciados quando se está na cidade, as possibilidades de silêncio que ela apresenta ou as músicas que versam sobre situações silenciosas. Esse é apenas o início de um

guia que pode, e deve, ser complementado na leitura particular de cada um e que vai dar-lhes mais páginas à medida que ele (se) identifica (com) os sons da cidade. Essa conclusão se apresenta apenas no sentido de complementar as idéias apresentadas por esse autor, uma conclusão de fato do guia urbano que se sugere aqui a ficar por conta de quem o lê.

REFERÊNCIAS

- BEATO, Cláudio. Determinantes da criminalidade em Minas gerais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 37, junho/1998.
- CALDEIRA, Teresa. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. 1. ed. São Paulo: Editora 34 e Edusp, 2000.
- CARVALHO, Maria Alice de Rezende. Violência no Rio de Janeiro: uma reflexão política. In PEREIRA, Carlos Alberto Messeder et alli (orgs). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000. p. 47-74
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- FONSECA, Rubem. “A arte de andar nas ruas do Rio de Janeiro”. *Contos escolhidos*. Rio de Janeiro, Cia das Letras, 1994.
- HARVEY, David. Notas hacia uma teoría del Desarrollo Geográfico Desigual. *GeoBaireS. Cuadernos de Geografía* Apuntes de geografía y ciencias sociales. UBA-FFyL, Mayo de 2007.
- HIKIJ, Rose. . Possibilidades de uma audição da vida social. In: Cornelia Eckert; José de Souza Martins; Sylvia Caiuby Novaes. (Org.). *As Ciências Sociais em Outras Linguagens*. Bauru: Edusc Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2005.
- MACHADO, Luiz Antonio. Sociabilidade Violenta: Por Uma Interpretação da Criminalidade Contemporânea no Brasil Urbano. I In.: *METRÓPOLES: Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito* / Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (org.); Luciana Corrêa do Lago, Sérgio de Azevedo, Orlando Alves dos Santos Júnior (colaboradores). São Paulo: Editora Perseu Abramo; Rio de Janeiro, FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2004, v. I, p. 291-351.
- MATIOLLI, Thiago Oliveira Lima. *Metáforas da cidade partida: a divisão territorial do Rio de Janeiro nas eleições municipais de 2008*. 2010. 127f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever.. Acervo: *Revista do Arquivo Nacional*, São Paulo, SP, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.
- OLIVEIRA, FRANCISCO. O Estado e a exceção – Ou o Estado de exceção. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. V. 5, N.1, p. 09-15, maio de 2003.
- ORTEGA, Franciso. *Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2000.
- PECHMAN, Robert; KUSTER, Eliana. Da ordem. Da cidade. Da literatura: personagens à beira do. *Sociedade e Estado* (UnB. Impresso), v. 1, p. 593-620, 2008.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.
- WISNIK, José Miguel. *O som e o sentido: uma outra história das músicas*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. ■

Priscilla Oliveira Xavier

Do outro lado

dimensões do estrangeiro e da imigração urbana numa produção cinematográfica

Resumo

O presente artigo pretende analisar o filme “Do outro lado”, extraindo dessa produção questões que adensam o debate sobre o estrangeiro e a imigração urbana na modernidade, dialogando com a produção de autores dedicados ao tema. Sustenta-se na concepção crítica de estudos culturais relacionados com fenômenos sociais. A proposta é um diálogo entre o filme e os textos, numa abordagem cultural contextualista. Trata-se de um acesso privilegiado para a compreensão de uma realidade social, política e cultural específica, investindo nas representações sociais, na constituição das sociabilidades, na questão da imigração, do estrangeiro e do urbano na modernidade.

Palavras-chave: Estrangeiro; migração; relações internacionais; modernidade; cultura.

Abstract

This article analyzes the film “Edge of Heaven”, extracting from this production issues which intensify the discussion of the foreign and the urban migration, dialoguing with the production of authors dedicated to the theme. Deals with the critical approach of cultural studies related to social phenomena. The proposal is a dialogue between film and text, a contextualist approach. It represents a privileged access to understanding a social, political and cultural construction, investing in social representation, construction of sociability, migration, foreign, and urban modernity.

Palavras-chave: Foreign; migration; international relations; modernity; culture.

Priscilla Oliveira Xavier

é graduada em Comunicação Social e Ciências Sociais, Mestranda/IPPUR.

priscillaxavier@gmail.com

INTRODUÇÃO

Há autores que defendem que a realidade inspira filmes, assim como há autores que defendem que os filmes inspiram a realidade. Não obstante a complexidade e complementaridade entre a realidade e a ficção, o presente trabalho pretende abordar o filme “Do outro lado”, extraindo desta produção questões que engrossam o debate sobre o estrangeiro e a imigração urbana na modernidade, dialogando com a produção de autores dedicados ao tema. No limite, sugere a potencialidade dos meios de comunicação para lidar com fenômenos sociais.

Para colocar o objetivo em prática é fundamental esclarecer alguns pontos. O primeiro deles trata-se de uma apreensão crítica sobre os produtos da indústria cultural¹ (Eco, 1993). É preciso contextualizar o debate, destacando que a produção cultural corresponde a uma realidade espaço-temporal. De forma análoga, a produção intelectual também não se descola desta condição e, portanto, deve ser tratada como inserida em um campo² (Bourdieu, 1968). Toma-se então o pressuposto de que toda produção, seja escrita ou áudio-visual, se faz em um sistema social e por este sistema é informada.

Com base nestas pontuações, o presente texto se inicia com uma resumida apresentação do filme “Do outro Lado”, expondo suas características enquanto produto da mídia, com um enxuto debate sobre o contexto histórico, social e político que estimulou esta produção, além de mencionar as referências teóricas que norteiam o debate sobre a relação entre cultura e poder. Em seguida, passa para as contribuições de Simmel e da Escola de Chicago relativas ao estrangeiro, a imigração urbana e ao processo de assimilação. Na sequência, expõe abordagens de dois autores contemporâneos, Norbert Elias e Zygmunt Bauman. Do primeiro investe no par estabelecidos e outsiders, tal e qual uma analogia entre o natural do local e o estranho; e do segundo capta uma síntese do que o autor chama de mal estar da modernidade, uma concepção cabível à dimensão do estrangeiro, do indesejável, apreendido pela metáfora do viscoso. Dispostos panoramicamente os elementos que dão corpo à análise, finda o artigo uma abordagem do filme “Do outro lado”, dialogando com a produção acadêmica, forjando um debate sobre o estrangeiro e a imigração urbana na modernidade, cujo pano de

fundo é a potencialidade e os artifícios da cultura da mídia para tratar de fenômenos sociais e operar na esfera do poder.

DO OUTRO LADO: O FILME

Nenhum produto da mídia pode ser considerado inocente. Esta é a premissa que inspira os estudos de comunicação de massa, e a qual nos serve de baliza para a análise do filme “Do outro lado”. Sob o disfarce de mero e inocente entretenimento, a mídia propaga modelos de como se deve ou não agir, vestir, comer e até do que devemos ou não pensar.

“Do outro lado” é uma produção alemã, do ano de 2006, rodada na Alemanha e na Turquia. A direção e o roteiro do filme são assinados pelo cineasta Fatih Akin, um alemão de ascendência turca³. O filme explora o tema e a situação do imigrante turco na Alemanha, trabalhando com as identidades em sociedades guiadas pelo ritmo de uma economia acelerada.

O diretor estruturou o filme em três títulos: “Morte de Yeter”, “Morte de Lotte” e “Do outro lado”. No filme figuram três famílias, duas turcas e uma alemã. Em comum a estas famílias está o fato de serem incompletas: Ali (pai) e Nejad (filho), turcos; Yeter (mãe) e Ayten (filha), turcas; e Susanne (mãe) e Lotte (filha), alemãs.

Buscando analisar o filme através da temática da imigração moderna, não se pode menosprezar o contexto histórico e político que estimulou esta produção. Em se tratando de Alemanha e Turquia, em 1999⁴ vem à tona o reconhecimento do status da Turquia de candidata à entrada na União Européia. E esta parece ser a grande metáfora do filme: a Alemanha representando a União européia, e a Turquia representando um candidato ao bloco.

Sobre a entrada da Turquia na União Européia, alguns gargalos podem ser elencados. Assim como em muitos países muçulmanos, a Turquia apresenta problemas relacionados aos direitos humanos e ao envolvimento militar em assuntos políticos. Outro problema é caracterizado pela pressão que os Estados Unidos exercem para a aceitação da Turquia no bloco, o que não é visto com bons olhos pelos críticos europeus, sob a alegação de que tal pressão fere a

¹ Termo cunhado por Theodor Adorno e Max Horkheimer para abordar a produção e a função da cultura no capitalismo, tendo como perspectiva a transformação da cultura em mercadoria.

² BOURDIEU, Pierre. 1968 - “Campo intelectual e projeto criador” In: POUILLON, Jean, ed. Problemas do estruturalismo. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

³ No site *e-pipoca*, na ficha do filme, consta entre as curiosidades que o filme trata-se de uma produção alemã oficialmente escolhida pelo país para tentar uma vaga na categoria de melhor filme estrangeiro do Oscar 2008. Disponível em <http://epipoca.uol.com.br>

⁴ A Turquia é um país membro associado da União Européia desde de 1963.

autonomia européia. Além desses, geograficamente a Turquia localiza-se entre a Europa e a Ásia, portanto, não se encontra exatamente no continente europeu.

A problemática em relação ao fato de a União Européia ser em grande medida de origem cristã e a Turquia ser um país muçulmano é uma afirmação digna do senso comum que impera no ocidente. Todavia, Hardman (2005) afirma que este é o argumento mais ressaltado pelos próprios turcos para se conformarem com a dificuldade da entrada da Turquia no bloco.

A partir deste contexto, cumpre destacar os referenciais teóricos que servem de base para tratar do poder da mídia de propagar ideologias, operando na esfera do poder. Nos anos seguintes ao da Primeira Guerra Mundial, Gramsci (1979) produziu um trabalho referencial para refletir sobre o poder para além do domínio material. Investiu esforços na convicção de que para a burguesia não bastava ser proprietária dos meios de produção para ter o status de dominadora. Sua perspectiva era a de que para ter o domínio era preciso algo a mais, e esse algo a mais o autor denominou de hegemonia. A hegemonia significava o predomínio ideológico dos valores e normas burguesas sobre as classes subalternas. Para Gramsci (1979), o sujeito membro da burguesia dominadora, é o protagonista da ação. Em suma, Gramsci apresenta a cultura, a sociedade e a política como terrenos de disputas entre grupos e classes.

Althusser (1998) se alinha com a perspectiva de Gramsci (1979), contudo, conferindo ênfase menor à sociedade civil e maior aos aparelhos do Estado. Assinala que através dos aparelhos do Estado qualquer grupo social que esteja no poder pode nele perpetuar-se. Para Althusser os indivíduos se sujeitam a uma teoria.

A partir das contribuições e distinções de Gramsci e Althusser fica expressa a aproximação das esferas da comunicação, da cultura e a da política. Esta conjugação favorece a apreensão de um produto cultural na disputa por poder, numa perspectiva simbólica e ideológica, dissolvendo a pretensa ingenuidade do entretenimento midiático.

SIMMEL E A ESCOLA DE CHICAGO

Não é raro encontrar o nome de Simmel associado ao da Escola de Chicago. Pede o ensejo a ressalva de que o trabalho de Simmel é anterior ao movimento que se convencionou chamar Escola de Chicago. Todavia, a confusão é justificável em parte pela dedicação de ambos a temáticas específicas, como o urbano e o estrangeiro, e em parte pela caracterização metodoló-

gica inovadora de suas respectivas produções.

Simmel foi um sociólogo alemão que em meados do século XIX encontrou bastante dificuldade de se inserir na academia. Esta dificuldade fora frequentemente atribuída ao caráter pouco ortodoxo de sua produção, peculiarmente ensaísta, algo bastante desvalorizado pelos círculos acadêmicos do período.

As análises de Simmel privilegiam os fenômenos no nível micro da sociedade. O objetivo de suas análises não é nem o indivíduo, nem a sociedade em si, mas a interação criadora entre esses dois pólos extremos, que culmina na produção da sociedade pelos indivíduos. O indivíduo toma a forma que a sociedade possibilita, e esta é a matriz do vínculo social. Na perspectiva de Simmel, a relevância não está na pressão social, e sim no devir da sociedade.

No início do século XX, a academia norte-americana apresentou enorme interesse pelas obras de Simmel. Tratou de abrigar e valorizar a produção do vigoroso ensaísta de modo bastante eficiente, abrindo caminho para mudanças significativas nos rumos das ciências sociais na América. E foi assim que entre 1915 e 1940 um grupo de intelectuais se uniu com objetivos bem definidos. Por um lado, queriam fomentar trabalhos na área das ciências sociais e, por outro lado, queriam que essa produção contribuísse com a sociedade, dando respostas a problemas políticos e sociais das cidades norte-americanas. A questão da integração e assimilação dos imigrantes nos EUA foi o problema da constituição da nação norte-americana, e o estímulo para a consolidação de uma academia.

Não obstante a presteza para a sociedade norte-americana, a principal contribuição da Escola de Chicago foi o desenvolvimento de métodos originais de investigação em pesquisas sociais. E o conjunto de trabalhos produzidos nesse período deu corpo e nome ao que conhecemos como Escola de Chicago.

Embora a Escola de Chicago não seja a denominação para um todo igual, nos trabalhos produzidos naquele contexto é possível distinguir algumas características que lhes conferem identidade. Uma das influências mais expressivas é a corrente do pragmatismo. No pragmatismo, a atividade humana deve ser considerada sob o tripé: biologia, psicologia e ética. Outra influência decisiva é o interacionismo simbólico, que reza que as significações sociais devem ser consideradas como produzidas pelas atividades interativas dos agentes. Tal implica que o pesquisador só pode ter acesso aos fenômenos particulares, que são produções sociais significantes, quando participa também como agente.

Os trabalhos de Simmel e da Escola de Chicago, por suas características metodologicamente inovado-

ras, pela pertinência de seus conceitos e pelos fenômenos a que se dedicaram, são profícuos para compor um diálogo com o filme “Do outro Lado”.

NORBERT ELIAS E BAUMAN

Norbert Elias é um sociólogo alemão, judeu, que em 1933 exilou-se na França e, posteriormente, foi residir na Inglaterra. Seu trabalho intelectual, em Alemanha, demorou a ser reconhecido no ambiente acadêmico Inglês.

Os trabalhos de Norbert Elias foram marcados pelas questões de poder, comportamento, emoção e história. Seus empenhos acadêmicos foram no sentido de minimizar a dicotomia entre indivíduo e sociedade. Atribui ao indivíduo e à sociedade o conceito de interação, numa perspectiva dinâmica. Dedicou atenção aos processos de socialização, ou às mudanças referentes aos processos de individualização, a saber: o processo civilizatório.

Embora a abordagem do processo civilizador, ou civilizatório, seja o trabalho mais difundido de Norbert Elias, para a análise do filme “Do outro lado” cabe o trabalho em que o autor, a partir de um estudo de caso, dissecou dois grupos sociais que nutrem relações assimétricas numa determinada localidade. Elias (2000) investigou as razões que balizavam a crença da superioridade de um grupo em relação ao outro. Observou que não havia motivos para a distinção, a não ser os motivos criados pelo grupo dominante, com a finalidade de instaurar uma diferença e pregar sua superioridade.

É escusado destacar a importância da experiência pessoal de Norbert Elias calibrando os olhares do cientista social para as questões que lhe afetam. Elias foi um indivíduo que, pelo que consta de sua vida, experimentou e sentiu latente seja a posição de um outsider, seja a emoção de quem necessita culturalmente ser adaptado. Sendo um judeu Alemão, instalou-se temporariamente na França e definitivamente na Inglaterra. Semelhante história pautada na imigração e rejeição, que não por acaso também deixa marcas em seu trabalho, é a do sociólogo polonês Zygmunt Bauman.

Bauman aborda problemáticas relativas ao conceito de Estado-Nação. Segundo este autor, na Modernidade os Estados têm sua soberania desafiada por incertezas e riscos. Bauman (1998) opera nos limites das questões de pertencimento no cotidiano de uma forma territorial; expõe combinações possíveis entre uma identidade cosmopolita (global) e uma identidade local (tribal); verifica contradições entre o nível macro (desigualdades, questão política e de organiza-

ção da sociedade civil) e em um nível micro (dilema da construção das identidades individuais); assinala que a reconfiguração do poder político está para o fortalecimento da idéia de nação, e o desejo de condição identitária mais fixa como representação moral de pertencimento.

Pela noção de pertencimento, o estranho, o identificado pela diferença, é tratado pelos ditos sujeitos locais como uma metáfora viva do desconforto, um visco, um mal estar proporcionado pelas relações na modernidade.

As produções de Elias (2000) e Bauman (1998) sustentam percepções sociais e culturais, sobretudo em contextos de crise. Entre o local e o global há indivíduos que portam informações elementares que estimulam suas ações e percepções da realidade: a cultura. Entre os dilemas individuais e coletivos, entre a referência local e a global, eis a complexidade das relações no que se convencionou chamar modernidade.

DO OUTRO LADO: PRODUÇÕES EM DIÁLOGO

Considerando os aspectos de produção do filme e dos textos, temos então subsídios para compor uma análise, um diálogo, que nos brinda com algumas considerações a respeito da constituição das sociabilidades, da questão da imigração, do estrangeiro, do urbano e da modernidade. Além disso, possibilita uma reflexão do uso da mídia

Em resumo, o filme começa na Alemanha quando Ali, um senhor aposentado, vai a um local de prostituição e encontra Yeter. Num segundo encontro, propõe que ela passe a morar com ele pelo valor equivalente ao que ela ganha trabalhando como prostituta. Yeter aceita e vai para a casa de Ali, na qual também mora seu filho, Nejad. Nejad e Yeter se entrosam muito bem, e Yeter lhe confia sentir saudades de sua filha, Ayten, que mora na Turquia. Ali, com ciúmes arruma uma briga e bate em Yeter, que morre. Ali é preso por homicídio. Nejad, seu filho, embarca para Turquia para encontrar Ayten e proporcioná-la o que Yeter sonhava: recursos para investir nos estudos.

Na Turquia, Ayten é uma militante que está sendo perseguida. Sua situação em Istambul torna-se crítica a ponto de ser enviada por seus parceiros políticos para a Alemanha. Na Alemanha procura cega e inutilmente por sua mãe. Pedindo dinheiro para almoçar, Ayten esbarra com Lotte que decide lhe dar abrigo, além de pagar-lhe o almoço e fazer companhia.

Ayten e Lotte se descobrem amantes. Numa blitz policial Lotte e Ayten são paradas, e Ayten é presa por

conta de sua situação ilegal. Após um ano de investimento em advogados, bancados pela mãe de Lotte, o governo Alemão nega asilo político para Ayten, e esta é enviada para Turquia, onde é presa.

Lotte parte para Turquia em busca de Ayten. Quando Lotte finalmente consegue visitar Ayten, logo ganha uma missão: sumir com a prova que incriminaria Ayten. Lotte encontra a prova, porém na rua é assaltada por um bando de meninos que acabam por lhe matar.

Susanne, mãe de Lotte, que não via com bons olhos a relação da filha com Ayten, decide ir para a Turquia, levar a cabo o desejo de sua filha, que era libertar Ayten. Na Alemanha, Ali é solto, e amargura a solidão. Nejad se sensibiliza pela devoção de Susanne, larga tudo e parte para reencontrar seu pai.

Passando para as articulações, o filme inicia com uma cena bastante densa. A imagem é a de Nejad chegando de carro em um posto de gasolina. Ele abastece o carro, e entra na loja de conveniência, desejando um Feliz *Bayram* a todos. Na loja presta atenção na música e pergunta ao atendente quem está cantando. O atendente da loja diz que é um cantor muito famoso no Mar Negro, que morreu de câncer por conta de Chernobyl.

A cena de quem faz compras absorto, escolhe produtos, verifica preços, identifica uma música, faz pergunta e ouve uma explicação ilustra uma aparente indiferença que para Simmel (1987) soa como uma proteção aos diversos estímulos emitidos na metrópole. Simmel (1987) ao analisar as características comportamentais distintas do homem da metrópole descreve esta aura de aparente indiferença altamente atenta aos inúmeros estímulos do urbano, a atitude *blasé*:

Os mesmos fatores que assim redundaram na exatidão e precisão minuciosa da forma de vida, redundaram também em uma estrutura da mais alta impessoalidade; por outro lado, promoveram uma subjetividade altamente pessoal. Não há talvez fenômeno psíquico que tenha sido tão incondicionalmente reservado à metrópole quanto a atitude 'blasé'. A atitude blasé resulta em primeiro lugar dos estímulos contrastantes que, em rápidas mudanças e compressão concentrada, são impostos aos nervos. (SIMMEL, 1987, p.16)

Pesando a questão da imigração, a identificação de um cantor e a reprodução dos costumes, como a celebração do *Bayram*, fazem parte de um ritual que identifica e aproxima pessoas de uma origem comum, especialmente quando fora do seu local de origem. Tal reprodução da cultura de origem é um fenômeno bastante presente nos trabalhos desenvolvidos na Escola de Chicago. Entre os vários trabalhos que tocam

nesse tema, é possível destacar *The Guetto*, de Louis Wirth (1928), focando menos a questão do grupo em isolamento ou a delinquência, e mais a tentativa de preservação de traços culturais e códigos.

Dando sequência às cenas instigantes do filme, ainda bem no início, quando o pai de Nejad entra no filme, a câmera se movimenta na direção em que segue uma passeata na Alemanha, enquanto Ali, um "estrangeiro", caminha no sentido contrário, tranquilo e descompromissado, levemente sorridente. Na manifestação, era possível ler a faixa: "Proletariados de todos os países, uni-vos". Este trecho apresenta um conteúdo simbólico bastante ousado, endossado por estudos acadêmicos. Para Simmel (1983), o estrangeiro tem um estatuto diferenciado, posto que:

Se viajar é a liberação de qualquer ponto definido no espaço, e é assim a oposição conceitual à fixação nesse ponto, a forma sociológica do "estrangeiro" apresenta, por assim dizer, a unificação dessas duas características. (SIMMEL, 1983, p.142).

Assim, o que distingue o estrangeiro é o fato dele vir de fora, de não ter uma história comum à constituição da localidade em que se encontra, de não ter um enraizamento. Simmel definiu o estrangeiro como o indivíduo que está próximo e distante; próximo fisicamente, e distante socialmente. A distância fica bastante evidente na linguagem técnica do filme quando a câmera segue a manifestação marchando para a direita, e Ali caminhando contente e distraído na direção contrária.

Na cena seguinte, Ali vai a um local de prostituição e ao negociar com uma prostituta um programa, pergunta se ela fala francês. A prostituta lhe responde que fala francês, italiano, grego, e que para ele ela seria internacional. Quando conversam a sós no quarto ela diz seu verdadeiro nome e, para vergonha de Ali, confessa ser turca. Ao se despedirem, falam na língua comum de origem, o que na rua atrai a atenção e fiscalização de dois homens.

Ainda à luz de Simmel (1983), a cena mostra o caráter da objetividade do estrangeiro, que o habilita às cidades para desempenhar atividades que os nativos tenham interdições ou reservas, por critérios culturais, morais ou religiosos, pois "o estrangeiro não está submetido a componentes nem a tendências peculiares do grupo" (SIMMEL, 1983, p.184). E assim é a atividade desempenhada por Yeter, uma prostituta.

A curiosidade de Ali em saber a nacionalidade da prostituta confirma que a identificação do estrangeiro como a de um elemento de grupo inferior, não necessariamente está relacionada aos traços visuais. Firme nesta convicção, Yeter diz que para Ali falará francês,

italiano, grego, e que para ele será internacional. Esta não identificação visual conjuga-se com a análise dos Estabelecidos e *Outsiders*, de Norbert Elias (2000). O autor afirma que nada há de objetivo ou visual que justifique e legitime a superioridade de um grupo em relação a outro. As distinções são socialmente produzidas, mesmo que em alguns casos cheguem a se valer de detalhes físicos, aparentes ou não.

Retornando ao filme, sob a alegação de que “Só Deus tem direito à Solidão” Ali propõe pagar a Yeter a mesma quantia que ela ganha no prostíbulo para que ela largue o trabalho e passe a morar com ele. Yeter aceita. Morando com Ali, acaba por se aproximar de Nejad. Motivado pelo ciúme, bêbado, Ali bolina Yeter querendo sexo, exaltando que ela é paga pra isso. Yeter retruca dizendo que ele não é seu dono. Esse é o começo de uma briga fútil com a morte de Yeter e a prisão de Ali.

Neste trecho, Simmel (1987) é acionado novamente com o seu trabalho sobre a vida mental na metrópole. É flagrante a questão da mensuração das relações, onde tudo e todos são objetificados, sobressaindo um valor de troca. Ali, um senhor aposentado, parece operar com bastante desenvoltura pela lógica das relações de predomínio do capital.

A prisão de Ali, na Alemanha, só pode ser interpretada em oposição a prisão de Ayten, na Turquia. A cela de Ali é limpa, arejada, individual, com uma cama e janela. A cela de Ayten é coletiva, cheia de camas. O que está no contraponto é um processo de individualização da qual Bauman (1998), tendo o estrangeiro caracterizado pela metáfora do viscoso, diz que:

A viscosidade dos estranhos e a política de exclusão originam-se da lógica da polarização (...). Não é meramente renda e riqueza, expectativa de vida e condições de vida, mas também – e talvez mais fundamentalmente – o direito à individualidade, que está sendo crescentemente polarizado. (BAUMAN, 1998, p.48)

Outra cena digna de atenção é a de uma esteira na pista do aeroporto por onde desliza da direita para a esquerda o caixão com o corpo de Yeter, chegando na Turquia. Assim como a questão da prisão, esta cena tem um par oposicional. Numa mesma esteira de pista de aeroporto, o caixão de Lotte, estudante alemã, sai da esquerda, Turquia, e vai para a direita, Alemanha. Cabe aqui mencionar que na referência imagética do mapa geográfico, de inspiração eurocêntrica, a Turquia está à direita e a Alemanha à esquerda.

A polaridade entre a direita e a esquerda repercute sobre os rituais e sobre a ordem social geral. Abordagens antropológicas identificam a direita com o sagrado e a esquerda com o profano, ou mesmo a

direita com a pureza, e a esquerda com o perigo.

Retomando as cenas do filme, Ayten aparece como uma militante política na Turquia. Luta pelos direitos humanos, pela liberdade de expressão, e pela educação para todos. Segundo ela, na Turquia só as pessoas ricas podem ter educação. Policiais infiltrados começam a persegui-la. Com a ajuda do seu grupo militante, Ayten vai para Hamburgo com passaporte falsificado e encontra outros comparsas no aeroporto.

No viés dos pares oposicionais, Ayten é o contraponto de Ali. Se no início do filme, Ali, um estrangeiro na Alemanha, é indiferente a uma manifestação, Ayten na Turquia, seu local de origem, aparece como politizada, engajada. Na Alemanha, a passeata ocorre homogênea e harmonicamente, todos na mesma direção, com faixas e instrumentos musicais, em imagens suaves e com a presença positiva do símbolo máximo de um Estado, a bandeira alemã. Na Turquia a manifestação é desconexa, ruidosa, com elementos religiosos e militares misturados, e os instrumentos em cena, antes de serem sonoros, são bélicos.

Outra cena focada em oposições é a protagonizada por Ayten num diálogo intenso com Sussane, mãe de Lotte. O desenho da cena é o de Susanne, tranquila e impávida, numa atividade manual, arrancando o caroço de uma fruta, e Ayten fumando, cruzando de um lado para o outro, e alterando o tom da voz. Ayten diz que luta por direitos, e Susanne, calma e ponderada, alega que quando a Turquia entrar na União Européia pode ser que as coisas melhorem. Seja pelas atividades que cada qual desenvolve em cena, seja pelo discurso que cada qual expõe, o que fica expresso é a tradição e razão da Alemanha na inabalável Susanne, versus a inquietude e confusão entre argumentos racionais e o envolvimento emocional da rebeldia de Ayten, representando a Turquia. De modo panorâmico o filme apresenta o hiato existente entre condições de vida e constituição da cidadania com base em direitos.

CONSIDERAÇÕES

Se Norbert Elias (2000) aponta que a relação de “Estabelecidos e *Outsiders*” é simbolicamente constituída, o filme, per si, é um poderoso artifício simbólico para além da criação da diferença numa relação entre “Estabelecidos e *Outsiders*”.

O filme trata-se de um produto cultural, politicamente alinhado, que reitera e potencializa diferenças entre a Alemanha e Turquia, economicamente constituídas e culturalmente alimentadas, protagonizadas pela figura do estrangeiro. Longe de ser gratuita, tal

produção fora elaborada com vistas à disseminação de ideologias, num momento em que é decisiva a reflexão e o debate sobre a aceitação ou não da Turquia na União Européia.

No mais, o artigo finda como uma pequena contribuição para uma apreensão multidisciplinar de fenômenos sociais, tomando uma produção cultural não como mero instrumento de dominação, mas como fonte de recursos para crítica, consciência, resistência e mudança.

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis P. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. 1968 - "Campo intelectual e projeto criador" In: POUILLON, Jean, ed. *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- BURGESS, Ernest. W. O crescimento da cidade: introdução a um projeto de pesquisa [1925]. In: PIERSON, D. (org.) *Estudos de ecologia humana: leituras de sociologia e antropologia social*. São Paulo: Martins Fontes, 1948.
- CARNOY, Martin. *Educação, Economia e Estado: base e superestrutura, relações e mediações*. São Paulo: Cortez, 1987.
- COULON, Alain. *A Escola de Chicago*. Campinas: Papirus, 1995.
- ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1993, 5ª edição.
- ELIAS, Nobert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. V. 1
- ELIAS, Norbert, SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. *A concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- _____. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- HARDMAN, T. "A entrada da Turquia na União Européia: Uma questão jurídica ou política?", Hardman Reis e Gomes Eduardo (Coord.). *Direito Constitucional Europeu - Rumos da Integração*. Ed. Juruá, Curitiba, 2005.
- PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano [1915]. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 29-72.
- SIMMEL, Georg. O estrangeiro [1908]. In: MORAIS FILHO, E. de (org.). *Georg Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 182-188.
- _____. As grandes cidades e a vida do espírito [1902/3]. *Mana*, v. 11, n. 2, p.577-591.
- _____. A metrópole e a vida mental [1902/3]. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987, p. 13-28.
- WIRTH, L. *The Ghetto*. Chicago: University of Chicago Press, 1928. ■



Raquel Rolnik

Moradia é mais que um objeto

físico de quatro paredes

Como surgiu, como funciona e qual a importância da relatoria especial da Organização das Nações Unidas? Qual é a sua função como relatora?

O primeiro tratado, digamos, a primeira declaração de direitos humanos foi a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 que é uma declaração pós-guerra. Foi, portanto, muito motivada a partir dos horrores da segunda guerra mundial e ela é, de fato, uma afirmação dos direitos do homem. Esta primeira declaração é basicamente ligada aos direitos que a gente chama de direitos de primeira geração, os chamados direitos civis e políticos. Por exemplo, direitos de liberdade de expressão, de não ser preso, de não ser torturado, de ter defesa, etc. Em 1965 - e é aí que vamos chegar ao direito de moradia - foi votado um novo tratado, que é o tratado dos direitos econômicos, sociais e culturais. É neste âmbito que a moradia é entendida como um direito humano. O conceito, como ele está formulado dentro desse tratado, é o direito à moradia como complemento essencial ao direito a um padrão de

vida adequado para todos os seres humanos. Então não é apenas a moradia enquanto um objeto físico de quatro paredes, um teto, mas a moradia como possibilidade de acesso aos meios de vida, à água, a toda infraestrutura, à educação, à saúde. É nesse sentido que a moradia faz parte dos direitos econômicos, sociais e culturais. Assim, para poder monitorar a implementação desses tratados e convenções internacionais, o conselho de direitos humanos criou aquilo que se chamam procedimentos especiais.

O que são esses procedimentos especiais?

Digamos que são *experts* ou especialistas em cada um dos direitos humanos - e não são todos. O conselho define para quais ele quer que tenham esses especialistas, que de uma forma independente, ou seja, sem estar representando nenhum país, faz parte do *staff* da ONU para a questão dos direitos humanos. Esse especialista funciona como uma espécie de *ombudsman* do

Na entrevista desta edição, a arquiteta e urbanista, professora da FAU-USP, Raquel Rolnik fala de sua experiência como relatora especial da Organização das Nações Unidas para o direito humano à moradia adequada, função que exerce desde 2008. Raquel ressalta os elementos que fazem com que a moradia deva ser tratada como direito humano, destacando que moradia é mais que um objeto físico de quatro paredes.

Raquel Rolnik

é arquiteta e urbanista, professora da FAU/USP e relatora para o Direito à Moradia Adequada do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

raquelrolnik@usp.br

conselho, ou seja, verifica *in loco* nos países, se aquilo que eles votaram e ratificaram nos tratados está sendo implementado na prática. Então, esses são os relatores especiais e é o próprio conselho que define a criação de relatoria especial para determinado direi-

Não é apenas a moradia enquanto um objeto físico de quatro paredes, um teto, mas a moradia como possibilidade de acesso aos meios de vida, à água, a toda infraestrutura, à educação, à saúde.

to. Hoje, por exemplo, são 49 os relatores individuais. Tem relatores especiais também para países, por exemplo. Tem um relator especial só sobre a Palestina e outro só sobre Mianmar. Situações onde se constata graves situações de violação de direitos humanos no atacado também se criam um relator especial. Esse relator, como os temáticos, examina a situação dos países e para isso ele faz o que se chama de missões. Quer dizer, ele faz uma visita ao país e lá se encontra com os governos, com a sociedade civil, com organismos de defesa dos direitos humanos, com grupos organizados sobre determinado tema e faz visitas a campo, examina a situação e depois apresenta um relatório para o conselho de direitos humanos. Além das missões nos países, o relator tem que preparar uma vez por ano um relatório temático. Seleciona-se uma questão relacionada ao tema da moradia e apresenta uma espécie de *overview*, uma olhada geral no mundo, como que está aquela questão específica. Por exemplo, eu apresentei um relatório sobre a crise econômica e o direito à moradia. Usei questões que estavam acontecendo em várias partes do mundo, violações em várias partes do mundo. Atualmente, tenho trabalhado no tema da mulher e o direito à moradia, ou seja, numa questão específica, que é a de gênero. Esse relatório temático é apresentado ao Conselho de Direitos Humanos da ONU e uma vez por ano é apresentado um relatório temático na assembleia geral no terceiro comitê, que é o comitê da assembleia geral em Nova York, que trata de direitos humanos. Fora isso, o relator também recebe denúncias de violações, cartas de ONGs, de defensores de direitos humanos e até de cidadãos. Com isso, pode enviar correspondências para os países pedindo informações sobre casos. Isso é uma importante função do trabalho do relator. A Relatoria do Direito à moradia, como relatoria, foi criada em 2001. O primeiro relator foi o (arquiteto) Miloon Kothari, um indiano,

que fez inclusive uma missão ao Brasil, em 2005. Eu sou a segunda relatora. Meu mandato começou em 2008 e acabou de ser renovado. Lembrando que o relator é uma posição voluntária não paga, e isso faz parte do conceito da independência. Então ele tem a liberdade total de criticar qualquer país, inclusive a própria ONU.

É possível definir o que é “moradia adequada” na ONU?

Olha, acho que a primeira coisa a dizer é que eu, mesmo eu, que sou uma profissional ligada ao tema da moradia e da questão urbana há quase 40 anos, não sabia que a moradia adequada era um direito humano. Eu sempre via a dimensão da moradia ligada ao movimento social, não a essa dimensão da moradia como um direito humano. Mas em que isso implica? Implica em pensar na moradia como direito humano do ponto de vista dos documentos oficiais, ou seja, dos tratados e das convenções, mais especificamente a declaração do tratado de 1948 e seu artigo número 11 e a declaração do tratado de 1965. A partir daí, você tem os chamados organismos de tratado que produzem uma interpretação desses documentos. No nosso caso, trabalha-se, portanto, com a idéia de elementos que compõem a moradia adequada. Quer dizer o seguinte: você não pode usar apenas um parâmetro físico. Por que 50 m² ou 80m²? É impossível, tem que ser um conceito universal. Então, qual é o conceito universal? O conceito universal tem a ver com esses elementos. Primeiro elemento é o óbvio. Uma moradia adequada tem que oferecer uma proteção contra o frio, a neve, as intempéries, as chuvas e o calor excessivo: tem que proteger a pessoa. Mas também, uma moradia adequada é aquela que está ligada a uma infraestrutura. Portanto, tem que necessariamente oferecer para quem mora nela, condições

A moradia adequada de um pescador é na beira do mar. Assim como, a moradia para o trabalhador na indústria é no lugar onde o emprego existe ou que ele tem transporte rápido e acessível de acordo com seu bolso para poder acessar as oportunidades de trabalho e emprego.

de acesso a água segura, de esgoto e de lixo. Ao mesmo tempo, não pode estar num sítio numa situação

contaminada, poluída, ou seja, tem que estar num lugar limpo, com ar limpo, etc. A partir dela deve ser possível, também, acessar uma rede de equipamentos de saúde, de educação, de cultura, que permita a família que mora ali naquela moradia as possibilidades de desenvolvimento econômico, de desenvolvimento social. Além disso, e aí eu já vou entrar nesse outro elemento - que é a própria localização - ela tem que permitir o acesso aos meios de vida. Então, a moradia adequada de um pescador é na beira do mar. Assim como, a moradia para o trabalhador na indústria é no lugar onde o emprego existe ou que ele tem transporte rápido e acessível de acordo com seu bolso para poder acessar as oportunidades de trabalho e emprego. Além do mais, outra dimensão da moradia é o que se chama de *affordability*, quer dizer, a moradia não pode custar mensalmente ou uma vez só na vida mais do que a vida pode pagar.

E é possível medir isso?

O custo relacionado à moradia, seja ele um aluguel, seja ele uma prestação, seja ele o custo de pagar a infraestrutura, o condomínio, etc, não pode comprometer a capacidade que aquela família tem de ver seus outros direitos humanos satisfeitos. Ou seja, ela não pode deixar de se vestir, de se educar, porque tem que pagar pela moradia. Outro elemento é a acessibilidade, tanto no sentido da acessibilidade universal que a gente conhece, de uma pessoa que não tem plena condição de movimentação poder chegar, entrar e sair ou estar em uma moradia, mas também a acessibilidade no sentido de uma não discriminação dos grupos vulneráveis: aí a gente tem a discriminação de gênero, étnica e religiosa. Uma moradia digna, portanto, não pode ser discriminatória. E o outro elemento muito importante para nós, no caso brasileiro, é o que a gente chama de segurança na posse. Seja através de um aluguel, seja através de uma posse, seja através de uma propriedade, seja através de arranjos cooperativos, ou das formas tradicionais de acesso a terra, é muito importante que as famílias, as comunidades, os grupos ou os indivíduos não estejam expostos a serem removidos à qualquer a força, a qualquer momento. Enfim, que não estejam suscetíveis e vulneráveis à remoção. É aí eu toco num ponto que eu gosto muito de dizer: do conjunto de violações que eu recebo como relatora e no conjunto de violações que eu observo nas missões que eu já fui nessas alturas, em países desenvolvidos e não desenvolvidos, remoção forçada é a número um em violação a direito de moradia. Nesses lugares, o assunto que bomba, é o da remoção forçada. É claro que discriminação também

entra pesado em algumas situações, outros assuntos também entram. Mas remoção forçada é “campeã”.

Os motivos para essas remoções são diferentes? Variam de país para país?

Sim. Variam de país para país. Está acontecendo muita remoção por não pagamento de hipoteca e de créditos, porque nós tivemos uma disseminação no mundo de uma política de moradia baseada na promoção da casa própria através de crédito e através de sistema financeiro e isso, inclusive, substituiu, nos países que tinham um *welfare state* e tinham políticas sociais de moradia, o conceito de moradia como política social na direção da idéia da moradia como mercadoria. Então, nos Estados Unidos, no Japão, na Espanha, passou a ter muitas remoções, caracterizando o que chamam de *foreclosure*, que é a remoção pela falta de pagamento da hipoteca. Do outro lado, em números milhões de vezes maiores, podemos citar a ambiguidade da relação que a maior parte dos moradores do mundo tem com sua terra e a vulnerabi-

Do conjunto de violações que eu recebo como relatora e no conjunto de violações que eu observo nas missões que eu já fui nessas alturas, em países desenvolvidos e não desenvolvidos, remoção forçada é a número um em violação a direito de moradia.

lidade dessas relações. Estou falando dos posseiros, dos ocupantes dos assentamentos informais, daqueles que ocupam as terras através das leis costumárias (*customary law*), que diante de um avanço muito claro - e é possível ver isso internacionalmente - da idéia de que a única forma realmente segura e legítima de acesso a terra é a propriedade privada registrada no cartório. Todas essas outras formas são extremamente vulneráveis a expulsões e remoções forçadas e, sobretudo, em circunstâncias onde os direitos humanos não são respeitados. É muito importante dizer o seguinte: não é que a ONU proíbe quaisquer formas de remoções, não é. As remoções forçadas são aquelas remoções aonde os direitos humanos não são respeitados, onde os procedimentos não os respeitam: falta de pagamento de um aluguel, por exemplo. Neste caso, tem que ter um processo na justiça, o morador tem que ter direito de se defender, deve haver prazo e alternativas. Então, quando não se cumpre nada isso,

you are clearly violating the right of these people. In our case, today, in mass in Brazil as a whole, but especially in Rio de Janeiro, people assist the removals of favelas like this. Paying with a check of 5 thousand, 3 thousand, 2 thousand reais, which radically violates the right to housing, because in a removal you never can leave a person in a situation worse than the one they were in. And if you take a person from inside a favela and give them 5 thousand reais, they will end up in a worse situation, because they will go to a favela that is probably not consolidated and they haven't even had the whole urbanization process.

O conceito de moradia adequada está em discussão na ONU? Está sujeito à revisão? Ela seria uma questão menor na plataforma dos direitos humanos?

Permanently, one of the roles of the reporter is just to develop the concept. And, eventually, reposition or redefine in light of new questions that are being asked. So, let's say, it would be the main role of the reporter within the structure of the Council on Human Rights. I'm already ahead of you because, as I don't come from the area of human rights as a formation, I put myself as a challenge to translate housing as a human right for everyone who is not involved in the production of human rights in this world. Or, for the citizens, for the policy makers of housing, for the urban policy makers, trying to disseminate the concept of housing as a human right and to fight for it to be implemented, to translate it into practice, because I come from practice, so I think that this can be the value added of my mandate as a reporter. So I put myself in this position, because it's very difficult to develop legally the concept within the Council on Human Rights, which is a very closed structure, that has very little impact on real life. Evidently, a great jurist will make a beautiful contribution that

When it comes to removal, there must be a process in which the communities have the right to participate in the discussions of their destiny, to think about alternatives to removal, to discuss the process of reurbanization, to say that removal should be the last alternative, not the first.

I don't just think that I'm not the best person to do it, but I also think that the most interesting thing to do in the report is to talk about it with people who don't have anything to do with this world of reports, of the UN Council, etc.

Você citou casos de remoção de morador de favela que se paga com cheque claramente insuficiente para que ele tenha uma moradia adequada. E no caso onde esse morador é removido para um assentamento bem longe de onde ele morava? A localização nos parece um elemento muito importante para a moradia adequada, o que você poderia comentar mais sobre isso?

In this case, it also configures a violation. There are even today *guidelines* that were developed by the previous reporter and that I tried to translate into material that is available in various languages, including in Portuguese on the site <http://direitoamoradia.org> that we created for the report. When it comes to removal, there must be a process in which the communities have the right to participate in the discussions of their destiny, to think about alternatives to removal, to discuss the process of reurbanization, to say that removal should be the last alternative, not the first. But when it happens, you can remediate it through a financial compensation, but also through resettlement; these are the possibilities provided. However, resettlement cannot be considered only the quality of the housing. Resettlement must take into account the location, because it is a fundamental element of the right to housing. Or, for the people, they must have access to opportunities of employment, work and education. If a community is removed from where it is - probably where it has access to this - and is moved 50 kilometers away, it is a serious violation of the right to housing. So, this is also an element that must be considered as a violation. It is necessary that the resettlement be thought about in other terms, keeping the community as close as possible to its original location.

A partir dos acompanhamentos realizados pela relatoria, é possível apontar experiências positivas no que diz respeito a melhorias nas condições de adequação à moradia?

Always, from the beginning, I tried to identify where it was implemented the right to housing in a form

adequada, democrática, etc. O que dá para gente perceber em geral é que países no mundo desenvolvido, com diferentes estratégias e em diferentes categorias, sobretudo a partir dos anos 30 e até o final dos anos 70, construíram experiências de construção de políticas de moradia baseados na idéia de um direito

Parece que, desde que o Brasil virou gente grande e entrou no clube dos países desenvolvidos, resolveu picar a Constituição, o Estatuto da Cidade, e falou: “agora não brinco mais, isso era só no tempo que a gente era pobre e não tinha dinheiro para investir”.

universal à moradia adequada. Daí, tem várias formas muito diferentes de como isso foi feito. Tem países que construíram conjuntos habitacionais em massa alugados para quem não podia comprar. Tem países que têm inclusive até hoje algum auxílio aluguel. A família que não pode pagar aluguel recebe um auxílio e aluga um apartamento digno, como no caso da Alemanha. Tem essas políticas de aluguel, mas tem ainda políticas de construção cooperativa. Não muito longe de nós, por exemplo, no Uruguai, tem uma história das cooperativas populares de moradia, que é uma história incrível e de altíssima qualidade. Temos, então, experiências interessantes, estratégias inclusive muito diferentes.

Como você situa o Brasil no quadro latinoamericano em relação à política de condições de moradia, sobretudo após os 10 anos do Estatuto da Cidade?

Em vários lugares no Brasil existem experiências de projetos de urbanização e regularização na direção do que é a moradia adequada. Isso é muito importante – e esqueci-me de falar - o conceito de moradia adequada inclui a idéia de que os Estados têm a responsabilidade de proteger e promover a moradia adequada progressivamente. Então não estamos falando de um conceito fixo. A idéia das experiências de urbanização que nós experimentamos vai nessa direção, com a melhoria desses assentamentos progressivamente até as condições ficarem adequadas. Portanto, acho que temos, mesmo aqui no Brasil, a experiência de urbanização de favelas que não podem ser descartadas. Nós tivemos uma trajetória na luta pela Consti-

tuição e pelo Estatuto da Cidade e pela reafirmação da função social da cidade de propriedade. Trajetória essa, construída com o protagonismo dos movimentos e com uma interessantíssima combinação entre luta política e ativismo dos movimentos e formulação técnica por parte da universidade. Assim, com a participação de técnicos, engenheiros, arquitetos e advogados ligados a essa luta, foi que se construiu um marco jurídico bastante inovador e avançado não só em termos do contexto brasileiro, mas em termos internacionais bastante importantes. Nós também temos uma história de reconhecimento dos interesses dos direitos dos posseiros, dos favelados, nas conquistas das organizações de favelas e das experiências de como enfrentar isso concretamente. Mas parece que, desde que o Brasil virou gente grande e entrou no clube dos países desenvolvidos, resolveu picar a Constituição, o Estatuto da Cidade, e falou: “agora não brinco mais, isso era só no tempo que a gente era pobre e não tinha dinheiro para investir”. Nesse momento, eu acho que estamos vivendo um retrocesso enorme do ponto de vista da afirmação do direito à moradia e daquilo que foi construído como instrumentos para sua realização, já que nós migramos da idéia da função da cidade de propriedade da moradia adequada como uma das funções sociais da cidade e da propriedade para uma idéia que é a idéia predominante em programas como o “Minha Casa Minha vida”. Ou seja, predomina-se a idéia de que a mora-

Predomina-se a idéia de que a moradia é uma mercadoria, e, mais do que isso, um ativo financeiro, em um contexto que o elemento mais importante é produzir casas em massa. Isso, evidentemente, não tem necessariamente relação direta com moradia adequada.

dia é uma mercadoria, e, mais do que isso, um ativo financeiro, em um contexto que o elemento mais importante é produzir casas em massa. Isso, evidentemente, não tem necessariamente relação direta com moradia adequada. Então nós estamos vivendo – e vejo como relatora, pois isso chega para mim – um recrudescimento das remoções forçadas, até porque aumento dos investimentos acontece, inclusive, em cima das favelas; óbvio, porque é mais barato, pois não se paga indenização para o proprietário da terra, violando inclusive o direito daqueles que, de acordo com a constituição, já têm o seu direito garantido

juridicamente. Então, nós estamos vivendo um momento difícil. Um momento que poderia ser a grande oportunidade do Brasil se transformar no exemplo para o mundo de como se garante moradia adequada para todo mundo através de um processo construído de baixo para cima. E, de repente, parece que essas coisas começaram a ser revertidas. Acho que internacionalmente é importante a gente entender isso: para mim a noção da moradia como um direito humano se contrapõem à visão da moradia como mercado-ria e como um ativo financeiro e se afirma com a ideia da moradia como uma política social. A crise financeira é uma ótima oportunidade para essa ideia ser retomada e estou vendo essa ideia ser retomada devagar em lugares onde isso simplesmente foi convertido em pó. Essa retomada é importante, porque o modelo, a ideia de que o mercado seria capaz de produzir moradia para todos, mostrou a sua falência. Essa ideia faliu, essa ideia não deu certo. Então, acho que não só não deu certo como, em função da imple-

Eu ainda acredito - e milito - para que a experiência brasileira seja uma experiência referencial anticíclica no planeta.

mentação dela, desencadeou uma das maiores crises financeiras que está gerando uma crise econômica em escala mundial. Então, mais uma vez repito: acho que nós temos que retomar a ideia e acho que a moradia como um direito humano dá uma base muito boa para se repensar o que devem ser as políticas de moradia hoje. Ao mesmo tempo, eu acredito muito - e isso é muito importante no Brasil - na resistência e nas formas de articulação política daqueles todos que estão envolvidos nessa luta, para não deixar a bola cair. E para não deixar que isso, enfim, aconteça, eu ainda acredito - e milito - para que a experiência brasileira seja uma experiência referencial anticíclica no planeta. ■



Robert Pechman

A ordem que dá choque

ou ordem chocante ou “venceu a arte”

BARCELONA Cidade das Olimpíadas

Modelo de urbanismo que se generalizou mundo afora como ideal para o mundo globalizado. Caminho pelas ramblas. É muito agradável. O calçadão acolhe tudo e todos. A cada passo, uma surpresa. A cidade é bonachona. As pessoas parecem felizes. Ao longe, diviso um amontoado de gente. A curiosidade me atrai. Uma estátua. Um Don Quixote todo prateado. De repente a estátua se move. Susto. As pessoas riem. O artista agradece a moeda. A vida flui. As pessoas parecem felizes. A cidade tem alguma coisa a ver com isso.

RIO DE JANEIRO Cidade das próximas Olimpíadas Cidade Maravilhosa Largo da Carioca

Um amontoado de gente. Pegaram algum ladrão, com certeza, pois a Guarda Municipal está por lá. Ou seria mais um conflito com os camelôs?

No meio da multidão uma figura prateada brilha. Seria Don Quixote? A figura prateada também é uma estátua, um estudante de teatro que faz sua

performance em troca de alguns trocados e luta, quixotesicamente, para permanecer no local a despeito da ordem da Guarda Municipal para circular. A curiosidade atrai gente. As pessoas não parecem felizes. A vida para de fluir e o conflito se instaura.

Choque de Ordem. A Guarda Municipal do nosso prefeito, ciosa da ordem pública, quer impedir que o rapaz prateado se transforme numa estátua. Revoltada, a população que assiste à mágica da transmutação reage à ação da guarda: “Cadê a lei que diz que isso é proibido?”, “Caraca, até as estátuas”, “Vai tomar no cú”, “Ele falou que é proibido. Eu ainda não vi falar disso na televisão”, “Tá incomodando porque? A rua é pública”. Promessa de confusão e pancadaria. Alguém na massa previne: “Vão chamar reforço, vão bater nele”.

Provocativamente, o povo começa a atirar moedas no chapéu do homem-estátua, frente o olhar vigilante da Guarda. Finalmente um dos guardinhas se aproxima da estátua e passa-lhe a última forma: “Falei com meus superiores, você vai poder trabalhar agora”. A massa aplaude e começa a se

Robert Moses Pechman

é professor do Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ.

betuspechman@hotmail.com



Quadros do vídeo
Proibido parar,
de Christian Caselli
chriskzl@gmail.com

dissolver. A estátua dá o veredito final: “Venceu a arte”. A vida não flui, está engasgada. As pessoas não parecem felizes. A cidade tem alguma coisa a ver com isso.

<http://www.youtube.com/watch?v=rWwEaTYddOo&feature=share>

ORDEM CHOCANTE

A cidade está cada dia mais feia, fora alguns pequenos oásis de bem-estar. A cidade está gasta, usada e abusada. O planejamento parece que se faz exclusivamente para as coisas, jamais para as pessoas. Na nossa cidade, as pessoas parecem excrescências que insistem em usar as ruas, praças, praias, jardins. As pessoas insistem em achar que a cidade faz parte da res-pública. Talvez por isso fomos brindados pelo prefeito com uma Ordem Chocante: os jardins estão cercados, as crianças pobres são impedidas de entrar nas praças, os poucos bancos públicos foram adaptados para que os mendigos não pudessem neles deitar e até debaixo dos viadutos e em algumas “falhas” do espaço urbano onde esses mendigos procuravam abrigo para dormir, a Prefeitura instalou pedras e outros quejandos para tentar coibir sua fedida e incômoda presença.

Mas uma cidade que trata seus mais desvalidos seres como lixo a ser descartado, não haverá de melhor tratar seus filhos diletos. Entre nós, este parece ser o ponto de vista da prefeitura eleita para cuidar de nós, provendos de boa e bela cidade. No entanto, na visão do Choque de Ordem, parece ser que a ordem é muito mais importante que a vida. Ou seja, a ordem veio para dar choques de alta voltagem em todos aqueles que ainda supõem que podem flunar como um Baudelaire, perdido no meio da multidão. Por isso mesmo estamos sendo treinados a não nos aproximarmos muito da cidade, fio desencapado que dá choque. Cidadão e cidade cada dia estão mais distantes, mais isolados. Na metáfora do filósofo Giorgio Agamben, o controle sobre nossos corpos tem como paradigma o campo de concentração e não a pólis.

Não se nega aqui uma certa normatização do funcionamento da cidade e da própria sociabilidade de maneira a evitar o trânsito contínuo entre a natureza e a cultura, entre o homem e a fera, segundo o mesmo Agamben. O problema é uma cidade onde a fantasia já não possa ter lugar, onde apenas o sonho de ordem possa ser sonhado e vá traçando fronteiras, vá estabelecendo limites, vá cercando espaços, vá estabelecendo muros e grades, vá eletrificando a paisagem. Um sonho de ordem que com suas luzes detentoras de presença e com suas câmeras investigadoras de ausências, vá desvendando todos os mistérios, vá revelando todos os segredos.

Mas, êpa, isso não é mais um sonho, isso é um pesadelo. ■



Marcia de Castro Borges

No compasso dos mega-eventos

As imagens deste ensaio buscam contribuir com uma reflexão a respeito dos desafios enfrentados pelos habitantes das cidades-sede dos mega-eventos no Brasil, em especial no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, cenários do ensaio.

O sentimento de prestígio coletivo advindo de tais eventos para a cidade que vai ter sua diversidade cultural e suas belezas naturais mostradas ao mundo inteiro, bem como o incentivo ao esporte, não podem ser separados dos interesses multibilionários, corporativos e políticos que permeiam os mega-eventos.

Dessa forma, este ensaio busca, sob o prisma das vivências em torno de um local histórico, o Estádio Mário Filho – conhecido como Maracanã – e através do momento vivido em comunidades repletas de pertencimento à Zona Sul de Porto Alegre (Cristal, Cruzeiro, Jockey Club e Tronco), afetadas pelas obras para sediar a Copa do Mundo na cidade, discutir aquilo que é central no debate sobre os mega-eventos esportivos: a dinamização da economia aliada a busca de solução para os problemas relacionados às desigualdades sociais nas grandes cidades.





Marcia de Castro Borges
é fotógrafa, historiadora - UFRGS
e Mestre em Multimeios - UNICAMP.

marcia_borges67@hotmail.com



Agradecimentos: Lucimar Siqueira (ONG CIDADE); Paulo Soares e Mariana Dadda(Geografia - UFRGS), e Rosetta Mammarella (Núcleo Observatório das Metrôpoles Porto Alegre) e Patricia Santos, pela assistência de Fotografia.





REALIZAÇÃO



APOIOS

